



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

GUSTAVO DE SOUZA FIGUEIREDO

**A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A ECONOMIA DO
PROJETAMENTO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E SINGAPURA**

João Pessoa
2025

GUSTAVO DE SOUZA FIGUEIREDO

**A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A ECONOMIA DO
PROJETAMENTO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E SINGAPURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Orientador: Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida.

João Pessoa
2025

**Catálogo na publicação Seção de
Catálogo e Classificação**

F475d Figueiredo, Gustavo de Souza.

A divisão internacional do trabalho e a economia do
projetamento: uma comparação entre Brasil e Singapura /
Gustavo de Souza Figueiredo. - João Pessoa, 2025.

49 f. : il.

Orientação: Lucas Milanez de Lima Almeida.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Divisão internacional do trabalho. 2. Cadeias
globais. 3. Singapura. 4. Economia do Projetamento. I.
Almeida, Lucas Milanez de Lima. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

GUSTAVO DE SOUZA FIGUEIREDO

**A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A ECONOMIA DO
PROJETAMENTO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E SINGAPURA**

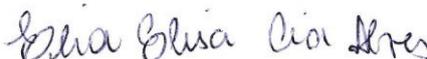
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 22 de ABRIL de 2025

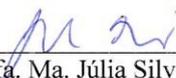
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profá. Ma. Júlia Silva Rensi
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

A volta à universidade era um sonho que existia dentro de mim, mas havia receio de começar mais uma vez esse projeto. Conciliar o passado com o presente, mudar a rotina diária, se relacionar com professores e novos colegas, se arriscar no aprendizado de novos conhecimentos e a incerteza se daria certo, era uma preocupação. Costumo dizer que, estudar, aprender e ler são os melhores exercícios de humildade para o ser humano, pois estamos sempre em contato com erros e acertos, novas visões de realidade e na infinidade de conhecimentos que a humanidade, provavelmente, nunca alcançará.

Apesar de todas essas preocupações, decidi enfrentar esse desafio e ir em busca de estar em um lugar e estudar aquilo que me trazia pertencimento e alegria. Se pensei em desistir? Sim, todas as vezes que tinha que sair de Recife para João Pessoa às 05:00 e enfrentar os vários perigos de uma estrada. Cansaço físico e mental, os custos financeiros e a pressão num mundo utilitarista eram outros obstáculos nessa trajetória que durou cinco anos.

Ainda é preciso lembrar dos dois anos de pandemia de Covid-19 que trouxe mais ansiedade, medos e incertezas para o povo desse país que já sofre com tantas mazelas. A universidade e todos que fazem parte dela tiveram que se adaptar a essa nova realidade. De início aulas virtuais, o uso das máscaras na volta às aulas presenciais e o afastamento do ambiente físico da universidade atrapalharam a vida de muitos estudantes que não tiveram a oportunidade de aproveitar ao máximo esse espaço rico em diversidades, discussões e emoções.

Isso tudo que foi falado é para dizer que eu não teria conseguido chegar até o final sem a ajuda de muitas pessoas que fazem parte da minha vida. O apoio delas foi fundamental para superar tudo isso. Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Eudo Cruz Figueiredo e Marta Rosa de Souza Figueiredo, que sempre estiveram presentes em todos os momentos da minha vida, e sempre falando da importância da educação para um futuro melhor. Como agricultor, meu pai nunca teve as mesmas oportunidades que eu tive, contudo, nunca colocou obstáculos para que eu e minha irmã tivéssemos a melhor educação que ele e minha mãe poderiam dar. Minha mãe, a maior apoiadora e responsável por cobrar os estudos, foi sem dúvida a mais importante em toda minha vida, sem ela meu mundo seria diferente. Por meio da universidade ela conseguiu mudar a vida dela e sabia da importância do ensino superior para seus dois filhos. A coragem desses dois é imensa e sempre foi uma inspiração para mim. Serei eternamente grato.

À minha amada namorada, Thaís Noberto, que me apoiou antes mesmo de começar esse projeto, sempre me acompanhando, escutando as histórias e as estórias dessas viagens entre Recife e João Pessoa. A sua presença nos momentos difíceis foi essencial, os seus conselhos ajudaram a clarear o caminho e tornaram o processo mais leve. Muito obrigado.

Aos professores do curso de Relações Internacionais pelos ensinamentos e tempo disponibilizados nas aulas, nas dúvidas e na orientação de projetos e trabalhos. A admiração pelos docentes será para sempre. Agradeço ao meu orientador, Lucas Milanez, pelo convívio de três anos, entre aulas de Economia Brasileira Contemporânea, projetos de pesquisa e de extensão e na construção do Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigado pela paciência nesse processo, sei que não é fácil conciliar diante de tantos alunos, aulas e vida pessoal.

À Universidade Federal da Paraíba pelo seu trabalho grandioso de levar conhecimento à sociedade e ajudar a superar os vários problemas que atingem o nosso povo. A escuridão que atingiu o país a partir de 2018 trouxe ataques às universidades públicas, denegriu a imagem da instituição e levou a desinformação para a grande massa da população. Sem uma universidade ampla e acessível não conseguiremos superar os problemas existentes na nossa sociedade. Por isso, agradeço a UFPB por essa oportunidade.

A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A ECONOMIA DO PROJETAMENTO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E SINGAPURA¹

RESUMO

O século XX é caracterizado por um processo intenso de trocas de mercadorias e de informações em todo o mundo, fator causado, principalmente, pelo avanço da tecnologia da informação e dos transportes, que foi capaz de tornar a comunicação e a produção de mercadorias mais eficientes e rápidas. Essa globalização permitiu que trocas culturais e comerciais se tornassem mais fáceis, conectando e aproximando vários povos distantes. Com a finalidade de entender esse processo nos dias atuais, o trabalho se propõe a estudar a inserção e a relação entre a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e as Cadeias Globais de Valor (CGVs), de 1995 até 2018, no processo de desenvolvimento de Singapura e do Brasil, o nosso foco de estudo. Para fazer a pesquisa, foram analisadas duas ferramentas: 1) o índice de Complexidade Econômica, calculado pelo Observatório da Complexidade Econômica do Instituto Tecnológico de Massachusetts. Este indicador mostra o grau de complexidade das atividades exportadoras existentes em determinada localidade. 2) O segundo indicador analisado foi o Trade in Value Added (TiVA), calculado e disponibilizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a partir do banco de dados TiVA Database. Foram utilizados nove indicadores do TiVA que possibilitaram compreender como funciona a cadeia de fornecimento e abastecimento de bens e serviços dos dois países. Os dados foram coletados em planilhas e feitos gráficos mostrando a evolução dos dois países ao longo do período estudado. No que tange às duas variáveis, é possível determinar que houve mudanças significativas na estrutura de Singapura e do Brasil em relação a DIT e CGVs.

Palavras-chave: Divisão internacional do trabalho, Cadeias Globais de Valor, Singapura, Economia do Projetamento

¹ Artigo científico produzido como resultado do plano de trabalho “PVE15003-2021 - Estrutura produtiva e comércio externo sob a nova Divisão Internacional do Trabalho: um estudo comparativo de países da América Latina e do Sudeste Asiático” (01/2022/PROPESQ 2022-2023).

ABSTRACT

The 20th century is characterized by an intense process of trade in goods and information exchange worldwide, driven primarily by advancements in information technology and transportation, which made communication and the production of goods more efficient and faster. This globalization facilitated cultural and commercial exchanges, connecting and bringing together distant peoples. To understand this process in contemporary times, this study aims to examine the integration and relationship between the International Division of Labor (IDL) and Global Value Chains (GVCs) from 1995 to 2018 in the development process of Singapore and Brazil, our focus countries. For the research, two key tools were analyzed: 1) The Economic Complexity Index (ECI), calculated by the MIT Observatory of Economic Complexity. This indicator measures the degree of complexity in a region's export activities; 2) The Trade in Value Added (TiVA) database, provided by the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). Nine TiVA indicators were used to assess how the supply chains of goods and services function in both countries. The data was collected in spreadsheets, and graphs were generated to illustrate the evolution of both countries over the studied period. Regarding these two variables, it is possible to determine that significant changes occurred in the economic structures of Singapore and Brazil in relation to the IDL and GVCs.

Keywords: International division of labor, Global Value Chains, Singapore, Design Economy

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Curva Sorriso de composição do valor adicionado...	24
Figura 2 - Indicador de encadeamento para trás das CGV (DEXFVApSH).....	27
Figura 3 - Indicador de encadeamento para frente das CGV (FEXDVApSH).	28
Figura 4- Participação do valor adicionado de serviços domésticos nas exportações brutas (EXGR_SERV_DVASH).....	29
Figura 5 - Valor agregado interno incorporado na demanda final externa (FFD_DVA).....	31
Figura 6 - Participação do valor adicionado de serviços estrangeiros nas exportações brutas (EXGR_SERV_FVASH)	33
Figura 7 - Valor agregado estrangeiro incorporado na demanda final doméstica (DFD_FVA).	34
Figura 8 - Contribuição do valor agregado doméstico da indústria para as exportações brutas (EXGR_TDVAIND).	35
Figura 9 - Contribuição do valor agregado estrangeiro da indústria para as exportações brutas (EXGR_TFVAIND).	36
Figura 10 - Parcela do valor agregado interno incorporada na demanda final externa (VALU_FFDDVA).	37
Figura 11 - Índice de complexidade econômica.....	38
Figura 12 - Formação bruta de capital fixo... ..	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores Trade in Value Added (TiVA).....	15
Tabela 2 - Comparação Singapura – Brasil.....	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CGV - Cadeia Global de Valor

DIT - Divisão Internacional do Trabalho

FMI - Fundo Monetário Internacional

ICE - Índice de de Complexidade Econômica

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

OEC - Observatório da Complexidade Econômica

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAEG - Plano de Ação Económica do Governo

PIB - Produto Interno Bruto

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

TIC - Tecnologias da Informação e da Comunicação

TiVA - Trade in Value Added

VA - Valor Adicionado

VAD - Valor Adicionado Doméstico

VAE - Valor Adicionado Estrangeiro

ZEE - Zonas Económicas Especiais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
METODOLOGIA	14
REVISÃO DE LITERATURA	16
O desenvolvimento capitalista recente.....	16
O planejamento econômico e a economia do projeto.....	19
Breve história de Singapura	20
1- DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS	22
2- CADEIAS GLOBAIS DE VALOR	23
3- ECONOMIA PLANIFICADA/PLANEJAMENTO ECONÔMICO	25
4- ANÁLISE DE DADOS	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

O século XX é caracterizado por um processo intenso de trocas de mercadorias e de informações em todo o mundo, fator possibilitado, principalmente, pelo avanço da tecnologia da informação e dos transportes, que foi capaz de tornar a comunicação e a produção de mercadorias mais eficientes e rápidas. Essa globalização, que segundo Ianni (2022) é um fenômeno político-econômico, sociocultural e geo-histórico, ganhou dinamismo durante a Guerra Fria e permitiu que trocas culturais e comerciais se tornassem mais fáceis, conectando e aproximando vários povos distantes.

A globalização também permitiu uma dispersão da produção de mercadorias em todo o mundo. A busca por maiores lucros levou as grandes marcas para lugares onde os salários fossem mais baixos, os direitos trabalhistas e ambientais mais flexíveis. Esses lugares se caracterizavam por serem países pobres, subdesenvolvidos e de grandes populações (Guimarães, 2008).

Alguns países da Ásia foram os escolhidos pelas grandes multinacionais para receber as indústrias estrangeiras, com a promessa de empregos e melhores salários para os trabalhadores locais. Malásia, Singapura e Tailândia estão entre os países que receberam investimentos e remessas de capitais para colocar esse projeto em prática (Nonnenberg, 2014).

Um dos fatores para o início da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) foi a expansão marítima europeia, pois permitiu que a lógica do comércio internacional sofresse uma reestruturação relevante. Esse fato histórico contribuiu para a evolução e alteração da estrutura econômica internacional. Já no século XV, havia se iniciado uma organização no comércio cada vez mais especializada, estimulada principalmente pelas políticas mercantilistas de cada país e os benefícios trazidos por elas. Somente no século XVIII, na Revolução Industrial, que a especialização e a divisão do trabalho vivenciaram a primeira mudança. A partir desse momento, as relações feudais acabaram e foi possível o estabelecimento da produção de manufaturas no continente europeu, e, subsequentemente, a especialização do comércio de bens primários nas colônias, que logo se transformariam na periferia do sistema internacional (Ribeiro, 2022). Foi nesse contexto que se formou a clássica DIT.

As Cadeias Globais de Valor (CGVs), enquanto forma fundamental de organização da atual Divisão Internacional do Trabalho (DIT) (Almeida, 2018), também auxiliam na compreensão do comércio internacional contemporâneo e da interdependência existente. A realocação da produção e a inserção de agentes externos pelas multinacionais são fundamentais nesse processo, pois, por meio delas, é possível entender a estratégia e os objetivos dos maiores

conglomerados empresariais do mundo. A dispersão das unidades produtivas possibilita uma maior agregação de valor ao produto final, isso ocorre devido aos baixos custos de produção, a tecnologia mais eficiente e a mão de obra cada vez mais especializada (Sturgeon, 2011).

Uma das regiões que mais se inseriu no novo polo industrial foi o Sudeste Asiático, onde se localiza a ASEAN (Association of Southeast Asian Nations). Ela é uma organização regional formada por dez países, que trata sobre assuntos econômicos, políticos e militares. Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã são as nações que fazem parte do grupo. A organização foi formada em 1967, por Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia, com o objetivo de combater o comunismo e oferecer uma estabilidade em um momento com muitas tensões no sudeste asiático (Silva, 2020).

Por seu turno, Singapura é uma ilha que fica no Estreito de Málaca, servindo de encontro entre o Mar da China e o Oceano Índico, sendo importante caminho entre a Europa e a Ásia. Isto ajudou o país a ser um importante centro comercial em áreas como a construção e o conserto naval, e o refino de petróleo. Um país de alta densidade demográfica, contudo, com poucos recursos naturais, o que a obrigava a importar muitos produtos básicos para abastecer sua população (Vianna e Chaui do Vale, 2014).

Nesse contexto, o presente trabalho busca analisar quais caminhos foram trilhados por Brasil e Singapura nas suas respectivas inserções nas Cadeias Globais de Valor, entre 1995 e 2018. Além disso, busca-se entender como foi a inserção desses países na nova DIT no contexto das disputas pelo domínio produtivo, científico e de expansão das TIC em várias nações devido ao crescimento da globalização. A partir da literatura existente, tem-se como fato a produção industrial de bens com maior complexidade econômica ter se deslocado para a Ásia, lá encontrando condições favoráveis para o seu desenvolvimento, conseguindo aumentar sua produção de forma eficiente.

Singapura vem implementando políticas com foco no desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), setor essencial para sua inserção nas cadeias globais de valor. Desde os anos 1980, o governo criou seis planos diretores para estimular o setor, aliando o estímulo estatal com atração de empresas estrangeiras para a produção de *hardware*, na maioria das vezes montados por empresas locais, contribuindo, significativamente, para o crescimento econômico do país. (Vu, 2013).

Já o Brasil iniciou sua indústria de eletroeletrônicos na década de 1920, mas ganhou impulso, somente, a partir da Segunda Guerra Mundial, momento no qual as políticas de substituição de importações, a desvalorização cambial e as restrições às importações fortaleceram o mercado interno. Entre 1946 e 1950, o setor teve um crescimento de 28% ao

ano, e, no final do governo de Juscelino Kubitschek, alcançou vendas de 247 milhões de dólares e empregou 58 mil pessoas, se consolidando como um segmento relevante na economia nacional (Malacarne, 2018).

Como forma de compreender esses dois fenômenos, foi utilizada a Teoria do Projetamento que propõe analisar o desenvolvimento das nações por meio do poder do Estado e sua capacidade de planejar suas ações em busca de um crescimento com racional. A teoria é explicada como um modo de produção que inclui a micro e a macroeconomia, considerando a utilidade como central na problemática, tendo o custo e o benefício suas categorias essenciais (Jabbour et al, 2020).

A justificativa deste período reside no fato de que são momentos importantes na história econômica dos dois países, no qual Singapura aumentava a intervenção do Estado na economia e o Brasil adotava políticas neoliberais que diminuíram o poder do Estado na economia, e ampliava a inserção do setor privado e financeiro. Além disso, neste período, o setor produtivo de Singapura passou por mudanças intensas, como as transformações geográficas, a logística e a tecnológica. A produção industrial buscou condições mais favoráveis, como uma maior flexibilização nas questões ambientais, fiscais e trabalhistas, permitindo às empresas transnacionais aumentarem seus lucros e, também, melhorar seus produtos pelo avanço da ciência e da tecnologia (Santos e Jakobsen, 2020). Por sua vez, o Brasil vem passando pelo oposto, a desindustrialização atingiu sua economia, provocando o aumento do desemprego, o crescimento das importações e o aumento da desigualdade social (Pochmann, 2016). Nessa conjuntura, é importante ressaltar que o planejamento Estatal contribuiu para que Singapura se inserisse nas cadeias globais de valor e na divisão internacional do trabalho como ator que fornece bens de alta complexidade econômica, enquanto o Brasil se manteve como fornecedor de bens primários e de baixo valor agregado.

Nesse contexto, o presente trabalho possui como objetivo geral fazer uma análise comparativa sobre a inserção econômica do Brasil e de Singapura na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Para isso, foram desenvolvidos objetivos específicos focados em: apresentar as teorias e os conceitos-chave das perspectivas teóricas que abordam o objeto de estudo, com o intuito de fundamentar a análise; analisar a inserção do Brasil e de Singapura na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), destacando suas características, diferenças e semelhanças; discutir os principais desafios e oportunidades da inserção brasileira na DIT, considerando aspectos econômicos e políticos.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como exploratória, utilizando de uma base bibliográfica nos principais periódicos e recorrendo a termos como “economia de mercado”, “economia do projeto” e “planejamento estatal” para fundamentar o estudo. A coleta dessa bibliografia se deu por meio de instituições como o Google Acadêmico, Periódicos Scielo e CAPES. A pesquisa exploratória permite utilizar vários tipos de ferramentas de coleta e análise de dados para conseguir entender o fenômeno estudado. Ela é uma forma de pesquisa que busca compreender e explorar um fenômeno ou assunto de interesse com a finalidade de entender um assunto pouco conhecido ou pouco estudado. É importante para encontrar tendências, problemas ou oportunidades para outros estudos (Lösch, Rambo e Ferreira, 2024).

Além disso, o estudo utilizou duas bases de dados ligadas à participação e hierarquização dos países na divisão internacional do trabalho. A primeira delas é o Índice de Complexidade Econômica (ICE), calculado pelo Observatório da Complexidade Econômica do Instituto Tecnológico de Massachusetts. Este indicador mostra o grau de complexidade das atividades exportadoras existentes em determinada localidade. Com isso, indica a posição ocupada pelo país nas cadeias de fornecimento de produtos de maior ou menor grau de intensidade tecnológica. Ele consegue medir as capacidades produtivas de uma nação, dando condições para compreender o progresso da economia. Ainda, ajuda a prever o nível de renda, por meio da disseminação de habilidades e conhecimentos, aumentando as oportunidades de ocupação e propiciando a mobilidade social (Freitas et al, 2024). O ICE também fornece medida útil para estimar o desenvolvimento da economia por meio da mensuração da intensidade da compreensão da economia, levando em conta a intensidade do conhecimento dos produtos exportados (Farooq-Dar et al, 2020).

O segundo indicador é calculado e disponibilizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a partir do banco de dados Trade in Value Added (TiVA) Database. O TiVA reúne um conjunto de informações sobre as redes globais de produção, bem como as cadeias globais de abastecimento dos países e suas atividades econômicas, colaborando para medir o valor agregado de cada país na produção de bens e serviços. Ou seja, este é um banco de dados detalhado sobre a participação dos países nas CGV, seja como fornecedores ou consumidores de produtos.

O TiVA se torna importante pois ele consegue corrigir as distorções das estatísticas de comércio, alicerçadas em valor bruto das exportações e importações. No nosso estudo, ele ainda colabora na análise do comércio dos dois países em relação ao valor adicionado (VA) com os

seus parceiros comerciais mais importantes, com isso podemos ver a evolução deles nas cadeias globais de valor. A ferramenta também permite estimar o valor adicionado criado pelo comércio internacional em um país específico, solucionando a dupla contagem existente na aferição das exportações brutas. Visto que, estudos estimam que 60% do comércio no mundo é concentrado em bens e serviços intermediários, outros 30% em reexportações de insumos intermediários e 80% acontecem por meio de Cadeias Globais de Valor coordenadas por empresas multinacionais. Isso mostra que deve existir erros de dupla contagem de exportações brutas de produtos finais de produtos intermediários que passam pela fronteira várias vezes (Hermida e Xavier, 2018).

O TiVA é composto de alguns indicadores que ajudam a compreender as Cadeias Globais de Valor. Dentro eles, nove foram escolhidos para ajudar na produção do trabalho.

Tabela 1 – Indicadores Trade in Value Added (TiVA)

Indicador	Descrição	Unidade
Encadeamento para trás (DEXFVApSH)	Mede a proporção do valor adicionado do país exportador (P) incorporado nas exportações brutas do país importador (C), que reexporta os produtos.	%
Encadeamento para frente (FEXDVApSH)	Representa a parcela do valor adicionado do país (C) que é inserido nas exportações do país parceiro (P), em relação às exportações brutas de C.	%
Valor adicionado de serviços domésticos (EXGR_SERV_DVASH)	Participação do valor adicionado gerado por setores de serviços nacionais nas exportações brutas do país (c) e indústria (i).	%
Valor agregado interno na demanda final externa (FFD_DVA)	Valor (em dólares) do conteúdo doméstico incorporado em bens/serviços demandados por outros países. Reflete a ligação entre produção nacional e consumo externo.	US\$
Valor adicionado de serviços estrangeiros (EXGR_SERV_FVASH)	Percentual do valor adicionado de serviços importados contido nas exportações brutas do país (c) e indústria (i).	%

Valor agregado estrangeiro na demanda final doméstica (DFD_FVA)	Valor (em dólares) de insumos estrangeiros incorporados em bens/serviços consumidos internamente (famílias, governo, investimentos).	US\$
Contribuição do valor agregado doméstico por indústria (EXGR_TDVAIND)	Participação do valor adicionado nacional (por indústria) no total das exportações brutas do setor, antes de deduzir insumos importados.	%
Contribuição do valor agregado estrangeiro por indústria (EXGR_TFVAIND)	Percentual do valor adicionado estrangeiro (por indústria) contido nas exportações brutas do setor.	%
Parcela do valor doméstico na demanda final externa (VALU_FFDDVA)	Proporção do valor adicionado doméstico direcionado à demanda final estrangeira (consumo, investimento) em relação ao total gerado pela indústria.	%

Fonte: elaboração própria, a partir do site da OECD.²

REVISÃO DE LITERATURA

O trabalho busca analisar, à luz da economia do projetamento, a inserção do Brasil e de Singapura na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Sendo assim, a revisão de literatura será apresentada sobre esses fenômenos. Além disso, o trabalho pretende mostrar uma breve revisão teórica sobre a trajetória da economia ao longo do século XX.

O desenvolvimento capitalista recente

As últimas décadas trouxeram um crescimento da produção industrial e a disseminação do liberalismo. Fatores como a globalização e o desenvolvimento da tecnologia permitiram às empresas dispersarem o setor produtivo em lugares onde o custo de produção é menor, isso aliado à agilidade de escoamento, que aumentou a produção para vários países, tornando toda Cadeia Global de Valor (CGV) bastante atrativa para as multinacionais (Pereira e Dathein, 2017).

Os países centrais foram os que mais ganharam com todo esse processo, pois conseguiram levar boa parte de suas produções para países periféricos da Ásia e da América

Informações extraídas do site: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2022/04/guide-to-oecd-tiva-indicators-2021-edition_77019d3b/58aa22b1-en.pdf²

Latina, e, com isso, reduzir os custos com mão de obra e impostos, aumentando os lucros em cima do produto final produzido, mantendo, na maioria dos casos, os países periféricos em desvantagem no comércio internacional (Zhang e Schimanski, 2014). Contudo, existem casos de crescimento e desenvolvimento industrial em alguns países fora do eixo central da produção industrial, que conseguiram, por meio do apoio estatal, se inserirem em posições privilegiadas nas Cadeias Globais de Valor. Por isso, será abordado nessa seção o desenvolvimento da Nova Divisão Internacional do Trabalho (Nova DIT) e como o estado influencia na inserção nas Cadeias Globais de Valor (CGV) do comércio global.

O capital se internalizou no formato comercial e de crédito no século XVI por meio de um processo que surgiu com o crescimento do capitalismo mercantil europeu e prolongou-se com o estabelecimento dos impérios coloniais. Foi a primeira revolução industrial inglesa que trouxe a internacionalização produtiva, sendo na ampliação das filiais das empresas inglesas o primeiro momento nos investimentos em setores de infraestrutura. Esse processo ratificou a divisão internacional do trabalho perante à supremacia dos ingleses, permitindo que as trocas comerciais se expandissem de forma nunca antes vista, com o predomínio do padrão ouro-libra (Tavares e Metri, 2022).

Foi no século XX que houve um crescimento das relações entre os Estados, causado pelo aumento do comércio e investimento internacional. Inovações em tecnologia nas áreas de comunicação, logística, manufatura e computação permitiram que isso acontecesse. Além desses fatores, a flexibilização de processos burocráticos como a liberalização comercial, com a diminuição das barreiras tarifárias e não tarifárias, foram fundamentais para a formação de novos centros produtivos, possibilitando a diminuição dos custos de transação e proporcionando o surgimento de novos produtos e serviços. Esse processo permitiu que países emergentes fossem incorporados na economia mundial, tanto no setor produtivo, quanto no consumo de bens e serviços (Pimenta Junior, 2020).

Após a Crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial, o liberalismo se mostrou incapaz diante das mudanças na economia mundial. Para escapar do colapso, alguns países assinaram os Acordos de Bretton Woods com a finalidade de administrar as trocas no comércio e o sistema financeiro internacional. Para isso, foi determinada a paridade do dólar com o ouro, além do controle fixo das taxas de câmbio das moedas mais importantes do mundo em relação à moeda americana. Nesse contexto, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram criados, em 1946, com o objetivo de oferecer empréstimos para as nações que necessitavam de maiores recursos para a recuperação econômica (Alves, 2022).

É na década de 1970 que se inicia mais uma crise do capitalismo, com o esgotamento do padrão de acumulação baseado no fordismo e no taylorismo, levando a uma quebra do ideal social-democrata, inspirados no Welfare State. A partir disso, o capital avançou com novas estratégias neoliberais, como a privatização do Estado e a destruição dos setores produtivos públicos, flexibilizando os direitos trabalhistas e um processo forte na reestruturação da produção baseada na tecnologia (De Faria, 2020).

Em relação à disputa entre Estados, o fortalecimento das Cadeias Globais de Valor tem ligação com a crise de hegemonia dos Estados Unidos na década de 1970, e as regras impostas com a finalidade de frear a crescente competitividade japonesa. Nesse contexto, um novo sistema centro-periferia se estabeleceu, fundamentado em bens tangíveis e intangíveis, e não em *commodities* e manufaturados. Ou seja, a competição entre as nações centrais e periféricas está no centro da DIT e na dificuldade de desenvolvimento dos países periféricos (Black, 2024).

A industrialização é um processo fundamental no desenvolvimento das sociedades, pois, por meio dela, são produzidos os bens necessários para seu funcionamento. O desenvolvimento dela só acontece se houver força de trabalho e capacidade técnica-científica capazes de implantar e sustentar uma cadeia produtiva dinâmica e adensada, tornando-se fonte de acumulação material. Essa acumulação significa que as nações que conseguiram chegar primeiro nessa maturidade da atividade industrial manufatureira, se tornaram o centro capitalista do mundo, possibilitando também, a primazia e o domínio do sistema produtivo, comercial e creditício, tendo como consequência a intensificação da concentração e da centralização do capital (Almeida e Balanco, 2024).

Devido às mudanças ocorridas ao longo dos últimos cinquenta anos, é possível considerar que as cadeias globais de valor se tornaram um novo desenho da DIT. Mas, mesmo a transferência de atividades para a periferia do mundo permitiu que as atividades mais lucrativas ficassem no centro do capital mundial (Cardoso e Reis, 2018). Como o capital circulante mais barato está na periferia, o capital produtivo se desloca para lá, na busca de reduzir os custos e aumentar a lucratividade. Além desses fatores, o aumento das escalas de produção, uma gestão mais racional, o fortalecimento da financeirização e o surgimento da nova DIT possibilitaram que a desindustrialização aumentasse em algumas regiões do planeta. Já outras regiões, como a China e alguns países do leste asiático, se tornaram um grande centro produtivo exportadores de bens manufaturados, que possuem uma capacidade de competir no cenário internacional (Almeida e Balanco, 2024).

Isso só foi possível devido ao planejamento econômico presente em muitas nações ao longo do século XX, principalmente, em países periféricos que enxergavam nessa teoria a

oportunidade de superar as mazelas econômicas e sociais presentes. As nações socialistas ficaram conhecidas pela utilização das técnicas que caracterizam essa teoria, como os planos quinquenais. Ao mesmo tempo, era uma resposta ideológica ao sistema capitalista daquele momento, que via no livre mercado o equilíbrio entre oferta e demanda e das demais forças econômicas (Kliass, 2020).

O planejamento econômico e a economia do projeto

Apesar do planejamento econômico ser uma característica de países socialistas, existem casos de países capitalistas a utilizar essa estratégia com a finalidade de desenvolvimento. O Brasil é um exemplo disso, quando, a partir da década de 1950, princípios e planos da economia planejada foram utilizados. O Plano de Metas (1956-1960), o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1967), o I PND (1972-1974) e o II PND (1975-1979) foram aplicados com o objetivo de criar um setor de infraestrutura e insumos estratégicos consistentes. Isso só foi possível devido ao setor público, que, direta e indiretamente, colocou recursos e determinou quais ações seriam efetivadas (Kliass, 2020).

Um grande estudioso do desenvolvimento brasileiro da economia do projeto foi o economista maranhense Ignácio Rangel, que, influenciado por Lenin, Marx e Hegel, estudava o Brasil recorrendo à realidade e ao concreto com a finalidade de acabar com a exclusão e a incompletude brasileira. Em seus estudos, a busca era superar o subdesenvolvimento mobilizando os recursos internos sem deixar de reconhecer as dificuldades causadas pela dependência externa. Seu nacional-desenvolvimentismo se fundamentava no materialismo, na história e na dialética para entender e estudar as forças que influenciavam no desenvolvimento do país (Leão, 2017).

Existem alguns casos de planejamento estatal espalhados pelo mundo, e a França é um deles. O projeto começou após a segunda guerra mundial com o Decreto n 46-2 e a criação do Comissariado Geral do Plano de Modernização e de Equipamento (órgão executivo), e contou com o apoio financeiro do Plano Marshall. O primeiro plano, o Monet (1947-1952), tinha a finalidade de aumentar a produção tanto na França quanto nos territórios ultramarinos; de criar condições para que o rendimento do trabalho subisse; de garantir o pleno emprego da mão de obra; e de melhorar a qualidade de vida da população. Com as medidas implementadas, o governo francês conseguiu aumentar a produção siderúrgica em 150%, a produção industrial em 70% e a renda real em 30% (Ramalho, 1961).

O segundo plano (1952-1954) foi criado com o objetivo de garantir um fundo para financiar os projetos. A instituição de leis-programas que assegurassem a continuidade dos

créditos orçamentários e a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social. O terceiro plano (1956-1961) buscava aumentar em 27% a produção nacional, reequilibrar a balança de pagamento, ampliar os investimentos sociais e científicos, tornar mais eficiente o uso dos recursos naturais e dar assistência aos países em desenvolvimento. Essas conquistas só foram possíveis graças ao melhor uso dos meios de produção de acordo com aquilo que era viável, uma estabilidade monetária e a utilização eficiente dos recursos disponíveis. Apesar de ser voltado para estimular o setor privado, o governo francês utilizava da estatização quando era necessário tanto política quanto economicamente em setores estratégicos, como o da energia, da comunicação, dos transportes e da extração do carvão. Além disso, o Estado dava apoio técnico para a produção de projetos, por meio de dados, produzidos por servidores públicos e não agentes do mercado (Ramalho, 1961).

Breve história de Singapura

Ator importante da presente pesquisa, Singapura foi colônia britânica desde o início do século XIX, quando fazia parte da Companhia das Índias Orientais e era um centro importante que ligava a Ásia à Europa, sendo importante para a expansão dos ingleses naquela época. Sua administração ficou vinculada à Inglaterra até 1942 e, até esse período, o fluxo comercial na região foi intenso, tendo um dos portos mais movimentados do mundo, o que contribuiu para o desenvolvimento da cidade-estado. De 1942 até 1945, o país esteve sob controle do Japão, que derrotou as tropas britânicas de forma rápida, esse fato pode ser considerado como o início do fim do império inglês na Ásia. O domínio japonês nesse período foi de muita violência e humilhação, principalmente, contra a população chinesa que vivia na região. Após esse período, Singapura passou por um processo de transição e, de muitos debates que tiveram a participação inglesa e de movimentos comunistas, nasceu um sentimento nacionalista e um desejo de independência. Em 1963, nasce uma união com a Federação Malaia, que dura apenas dois anos, e, em 1965, o país se torna completamente independente (Lobo, 2012).

Singapura é uma cidade-estado localizada no continente asiático, tem uma população de 6,04 milhões de pessoas e um PIB per capita de 104,127 USD em 2024. A inflação de 2024 foi de 2,6%, com uma taxa de desemprego de 1,9%, em um território de 728.0 km². Os principais produtos importados foram máquinas e equipamentos e aparelhos (33%), os combustíveis minerais (18%), veículos e outro material de transporte (8,4%). As importações de Singapura de 2023 foram da China (26,8%), da Malásia (16,7%), dos Estados Unidos (14,8%), do Japão (6,5%) e da Índia (4,2%), representando 69,% das importações do país (AICEP, 2024).

Tabela 2 – Comparação Singapura - Brasil

Indicador	Singapura	Brasil
Tipo	Cidade-Estado	País
Continente	Ásia	América do Sul
População (2024)	6.04 milhões	~212 milhões
Área Territorial	728 km ²	8.510.417 km ²
PIB per capita (2024, nominal)	US\$ 104,127	~US\$ 8,964
Inflação (2024)	2,6%	4,71% (IPCA, 2024)
Taxa de Desemprego (2024)	1,9%	6,6%
IDH (2024)	0,939 (muito alto)	0,759 (alto)
Expectativa de Vida	~86 anos	~76,4 anos

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Bank (2025).

As exportações de Singapura foram de 239 bilhões de USD em 2023, com as máquinas e aparelhos, os produtos químicos, os combustíveis minerais sendo os principais itens exportados. Tendo China, Estados Unidos, Malásia, Hong Kong, Coreia do Sul e a Austrália como os principais destinos dos produtos. Isso representa, em conjunto, 66,7% do valor (AICEP, 2024).

A Ásia tem sido um exemplo de crescimento econômico nos últimos cinquenta anos, e Singapura é um desses países que conseguiram se desenvolver. Isso só foi possível graças à união de um Estado planejador com o capital internacional que visava o aumento da renda e um papel relevante na economia global. Esse trajeto é dividido em três fases: a primeira se aproveitou dos baixos salários para atrair as indústrias intensivas em mão de obra e com baixa complexidade econômica, e assim, diminuir o desemprego; a segunda fase aconteceu entre o fim da década de 1960 e começo da década de 1970, quando se deu início a segunda fase da industrialização e uma indústria intensiva em capital. Nesse mesmo período, investimentos em educação foram essenciais para mudar o perfil das indústrias. Saía uma que o foco era o mercado interno e entrava outra que o objetivo era o mercado exportador. A terceira fase ocorreu entre as décadas de 1980 e 1990 e foi momento no qual a indústria de alta tecnologia e o setor de serviços financeiros se consolidaram (Gomes, 2022).

Desde a década de 1960, após a independência, Singapura deu início à centralização de alguns setores da economia. Cerca de 80% das terras é propriedade pública o que facilita na liberação para colocar os planos em realidade. Outro fator relevante é que a estrutura federal é única, liderada pelo Partido de Ação Popular, em um país republicano parlamentarista, não havendo conflitos entre os entes estaduais e municipais, tornando o ambiente mais ágil e com menos conflitos. Além dessa centralização, o planejamento da cidade-estado é facilitado pela continuidade de gestão, tamanho do país e o arranjo da administrativa proporcional (Vianna e Chaui do Vale, 2014).

1- DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

Segundo Singer (1976), a Divisão Internacional do Trabalho é um conceito originário da Divisão Social do Trabalho, que descreve a especialização da produção e a troca entre os atores econômicos, independentemente se são empresas ou indivíduos. Na DIT esses atores são países, que também se especializam no setor produtivo de certas mercadorias com a finalidade de trocas comerciais. O autor fala que a DIT possibilita que os países, devido ao aprofundamento da especialização, contribuem para a manutenção da desigualdade ou desnível no progresso entre países desenvolvidos e não desenvolvidos. Isso acontece porque o fortalecimento das forças produtivas nos países industrializados permite a criação de tecnologia que é elemento do setor industrial. Os países não-industrializados se beneficiariam, apenas, do efeito reflexo dessa produção, sendo guiados pelas necessidades e oportunidades criadas pelas nações desenvolvidas.

A partir da especialização nos seus processos de industrialização, os países centrais precisaram restringir a produção agrícola com a finalidade de alocar o maior número de recursos possíveis para a indústria. Como não era suficiente, foi preciso buscar fontes que oferecessem os bens primários fundamentais para o funcionamento da indústria. Esse processo promoveu o aprofundamento da DIT, e consolidou a especialização dos países centrais detentores da produção mundial das manufaturas (Duarte, 2021).

A nova Divisão Internacional do Trabalho se desenvolve a partir da renovação da técnica industrial, ligando os segmentos que estavam surgindo, como a microeletrônica, as telecomunicações e a biotecnologia, o que seria uma evolução dos setores metal, mecânico e químico. Isso permitiu o reinício do desenvolvimento econômico por meio das novas bases nos países desenvolvidos, fato que também contribuiu para impedir que os mesmos avanços

chegassem nas economias dos países em desenvolvimento. Esse processo só acontece porque as novas tecnologias trazem como característica o aumento da apropriação do progresso técnico, da mesma forma que dificulta a transferência do conhecimento técnico. Além disso, essa é uma fase que também exige uma melhoria na infraestrutura, na qualidade de insumos e na capacitação da mão de obra, fatores que muitos países periféricos não possuem (Arend, 2015).

A nova DIT se beneficia da quantidade de trabalhadores, quanto maior o excedente de mão de obra de uma nação, menores serão as remunerações, e maior o lucro do que é produzido. Esse fato é comum ser observado em países que estão na periferia do mundo, e que são considerados como subdesenvolvidos, sendo eles o principal destino das principais corporações do mundo atual. Esse processo permite manter uma estrutura pré-capitalista nesses países, pois dificultam uma acumulação interna dos nacionais e um maior desenvolvimento tecnológico industrial no cenário internacional. Além de impedir que o excedente de mão de obra seja inserido nesse processo, o que permitiria o aumento real na renda da população (Bianconi e Coutinho, 2019).

2- CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

Zhang e Schimanski (2014) afirmam que as empresas vêm disseminando suas atividades produtivas com a finalidade de se inserir cada vez mais na Cadeias Globais de Valor (CGVs), levando em consideração a redução dos custos, produzindo produtos com insumos vindos de vários países e assim, progredindo economicamente. Para isso acontecer é preciso que toda a estrutura produtiva esteja interconectada: pesquisa e desenvolvimento (P&D), design e fabricação até a fase de distribuição final e serviços pós-venda. Vale ressaltar que P&D e os serviços agregam um valor maior ao produto do que a fase de produção.

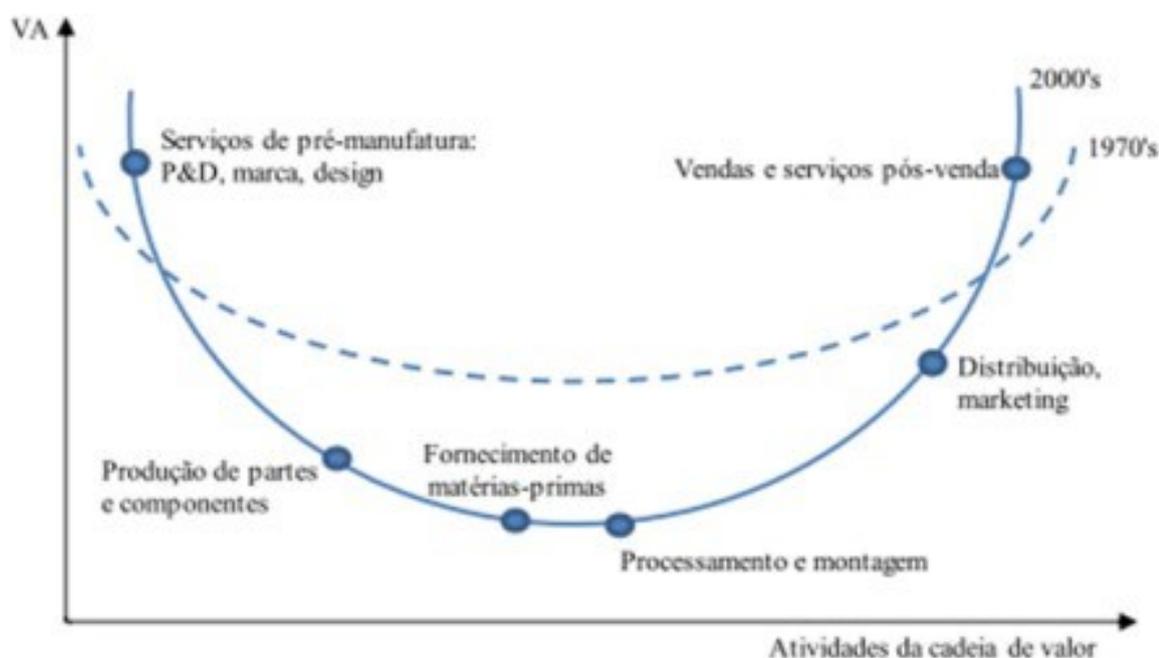
Dias et al (2015) mostram em seus estudos que, para quantificar a complexidade econômica, é importante dois fatores da pauta de produção e exportação dos países: a diversidade e a ubiquidade. O primeiro é a variedade de produtos que uma economia é capaz de gerar. Já o segundo é a habilidade de uma nação criar bens que muitos ou poucos países podem produzir, ou seja, se muitos países conseguem produzir determinado produto, este tem um nível de complexidade baixo.

Na “curva sorriso” (*smile curve*), Baldwin (2013) exemplifica como o valor adicionado é composto em cada fase do processo produtivo de um bem. As partes que estão nas margens da curva adicionam mais valor em comparação às do centro. A soma do valor adicionado

gerado domesticamente é fator essencial na inserção nas Cadeias Globais de Valor e para promover o crescimento da economia. É possível ver na figura que as etapas que criam mais Valor adicionado são os estágio pré e pós-fabricação, constituídos por serviços (concepção, design, P&D, vendas e marketing).

Segundo Baldwin (2013), a curva do sorriso mostra que as fases de produção industrial não são, necessariamente, a saída para o progresso como já foi um dia. A variação de lugares que fornecem insumos para o setor produtivo tornou o processo mais rápido e fácil, ou seja, menos instável. Da mesma forma ser uma nação fornecedora exclusiva de algum bem na cadeia produtiva não a torna rica e desenvolvida. Ela pode ser, apenas, mais uma fase da longa cadeia produtiva, e que só existe porque está dentro dessa rede.

Figura 1 - Curva Sorriso de composição do valor adicionado



Fonte: Baldwin (2013), citado por Gonçalves Júnior et al, 2024.

Existem, entretanto, muitas abordagens sobre as CGVs. Saludjian et al (2022), traz que o crescimento delas se baseou em duas bases: (1) a disposição de enormes forças de trabalho pobres e baixo custo; (2) uma inserção posterior desse grande contingente de pessoas na cadeia global de valor que permitiu mudar as regras institucionais que existiam. As teorias econômicas mais ortodoxas afirmam que as CGV podem representar uma oportunidade para que exista um desenvolvimento aos países que se inserirem nelas. Contudo, outra quantidade significativa de estudos heterodoxos têm um pensamento mais crítico sobre esse pensamento a favor do

mercado³. É importante que exista um estudo mais aprofundado e interdisciplinar que analise os impactos das Cadeias Globais de Valor na sociedade, analisando a distribuição de renda e de poder ao longo do sistema de trocas comerciais e, assim, compreender mais como funciona todo o processo.

Sandoval (2015) também vai ao encontro do pensamento anterior e afirma que a CGV é organizada a partir da propriedade de ativos diferenciados que autorizam o controle sobre os setores mais rentáveis do setor industrial, formando um monopólio que permite a entrada de novos capitais para realização de atividades complementares. Estes têm o objetivo de buscar a eficiência com o menor custo possível. Ademais, seria preciso que para entrar nessa rede, o capital tenha ligações com o líder, evitando competitividade, fazendo tarefas complementares e respeitando as regras e as técnicas estabelecidas. Somente seguindo esse processo que o desenvolvimento desses capitais poderá acontecer.

3- ECONOMIA PLANIFICADA/PLANEJAMENTO ECONÔMICO

A economia planificada é a alocação de recursos feita, predominantemente, por um órgão central, causando uma restrição da propriedade privada. Além disso, as ordens saem desse órgão, caracterizando uma economia de comando. As produções desempenham um papel mais importante do que os preços na economia planificada, visto que saber a quantidade a ser produzida de cada coisa é essencial. Sempre que um bem de consumo é produzido, há um crescimento na produção dos insumos essenciais para essa produção, com a finalidade de buscar o equilíbrio (Gomes, 2019).

A “Economia do Projeto”, termo utilizado por Rangel nos anos 1950, seria semelhante ao de um modo de produção que se caracteriza pela máxima racionalização do desenvolvimento da produção, no qual o projeto seria um ator mediador entre o povo e o planejamento central. Após a segunda guerra, essa teoria ganha condição de prática científica com a finalidade de substituir as forças de mercado, ser uma alternativa à financeirização capitalista e tirar o investimento como poder do setor privado, pois ele seria uma atitude política. O controle dos meios estratégicos de produção serviria para afastar a burguesia da influência política da escolha no que investir (Jabbour et al, 2020).

A economia do projeto é uma teoria que ajuda a entender a ação do estado na economia e no desenvolvimento, utilizando o planejamento nas suas decisões políticas. Rangel

³ A teoria econômica ortodoxa defende que a concorrência no mercado é benéfica e defende menor participação do Estado. Já a heterodoxa defende uma maior regulação do mercado e maior participação do Estado na economia (Cantu, 2021).

(2005) traz que a economia do projeto é uma ferramenta do poder central que segue a razão e a ciência em todas as áreas possíveis. O objetivo é sua utilização máxima, contribuindo na produção de utilidades e na melhora da vida da sociedade. Ou seja, a finalidade da economia planejada é chegar no equilíbrio do custo e do benefício dentro da perspectiva econômica, tendo como o mais importante o privilégio que as coisas possuem de serem úteis às pessoas.

O modelo de abertura econômica e comércio global, tendo a função de planejamento com o Estado, mas atuando junto com o capital privado é apontado como ideal por Rosenstein-Rodan (1969), e citado por Zanella (2018). O Estado se torna importante, pois é preciso que investimentos sejam feitos com um grande volume e planejados, sendo que na maioria das vezes, a lucratividade é baixa e o período é longo. O Estado tem que ter uma participação direta ou indireta para que surjam indústrias e uma mudança no setor produtivo do país. Como esse investimento é arriscado, o setor produtivo acha pouco interessante e não quer entrar de início. O setor público precisa criar um ambiente favorável, utilizando ferramentas como a oferta de créditos ou investimentos diretos (Gomes, 2022).

A participação do estado no desenvolvimento vem de longa data, atuando na produção de políticas e investimentos com a finalidade de alavancar os setores estratégicos da economia. O pós-Segunda Guerra na Inglaterra e no Japão, o New Deal nos Estados Unidos e os Tigres Asiáticos, são exemplos da interferência do estado na economia, pois houve investimento público em infraestrutura, apoio à indústria e oferta de crédito às empresas e aos cidadãos. Essas ações permitiram que um crescimento econômico fosse possível e a qualidade de vida da população melhorasse (Cazarine Filho et al, 2023).

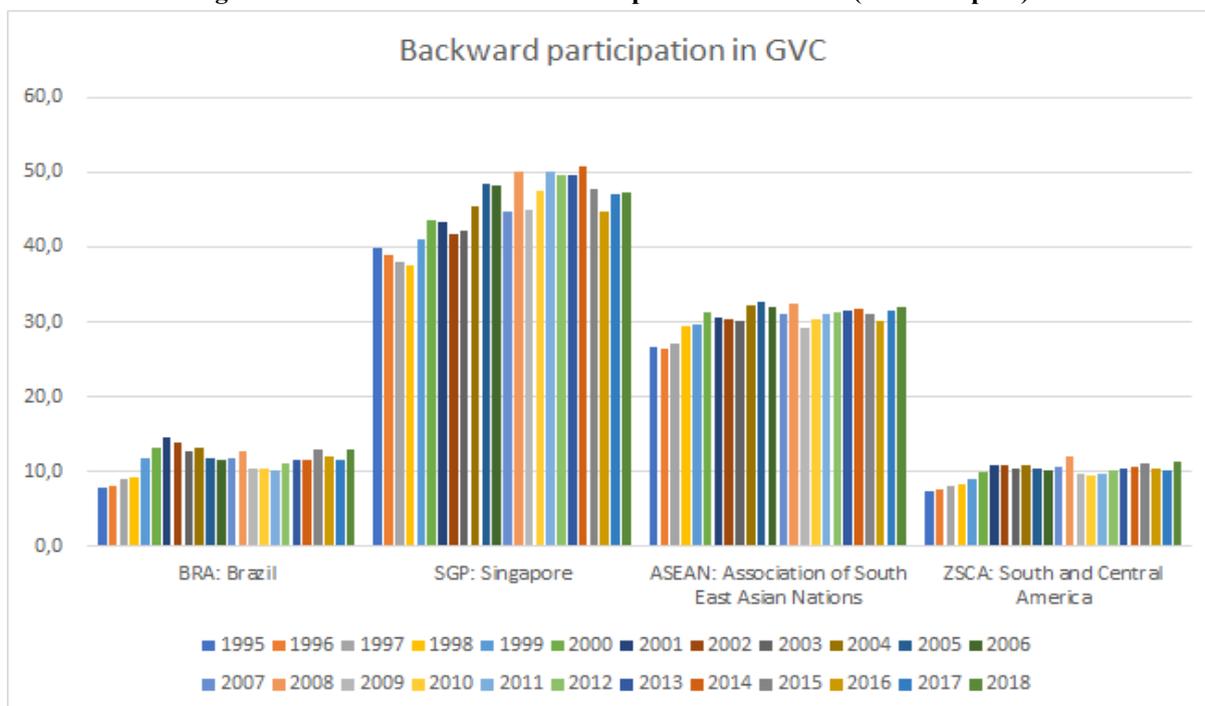
4- ANÁLISE DOS DADOS

Como visto anteriormente, o presente trabalho utiliza uma pesquisa exploratória para entender as mudanças na Divisão Internacional do Trabalho e nas Cadeias Globais de Valor. Foram analisados dados fornecidos pela ferramenta TiVA da OCDE que mostram a cadeia de fornecimento e de abastecimento das nações analisadas. Esta seção teve o objetivo de identificar as tendências que fizeram parte desse processo nos últimos anos, fornecendo uma entendimento mais profundo do fenômeno estudado.

Na literatura, o índice de especialização vertical (VS) ou o índice de ligação para trás é amplamente reconhecido como um indicador retroativo que representa a proporção de valor adicionado estrangeiro (VAE) contido nas exportações domésticas, apresentando o país como demandante VAE inserido nas exportações de produtos (Campos, 2019). Nos países do leste asiático, esse indicador é notavelmente alto devido à sua significativa importação de itens para

uso na produção interna. Muitas vezes, são empresas internacionais localizadas nesses países que precisam importar componentes para a montagem de seus produtos.

Figura 2 - Indicador de encadeamento para trás das CGV (DEXFVApSH)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da OECD Data Explorer.

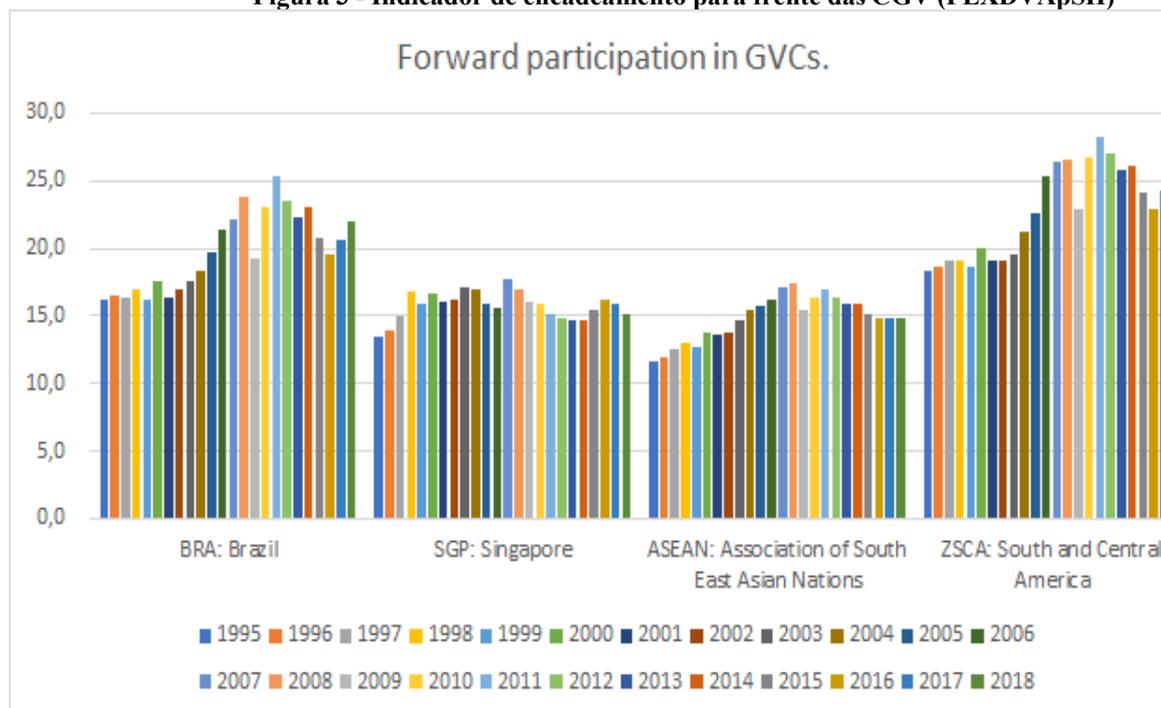
Para se inserirem nas cadeias globais de valor (CGVs), o país asiático também depende da importação de itens essenciais, tais como circuitos integrados, petróleo cru e petróleo refinado (OECD, 2021). Essas matérias-primas são cruciais para a fabricação de outros bens destinados à exportação.

O Brasil, no ano de 2023, importou petróleo refinado 7,29% (\$18,5 B); petróleo cru 3,71% (\$9,4 B); Motor, parte e acessórios de veículos 2,97% (\$ 7,52 B); Turbina a gás 2,74% (\$6,95 B). Os principais parceiros de importação são a China 22,7% (\$57,5 B), Estados Unidos 15,7% (\$39,9 B), Alemanha 5,4% (\$13,7 B) e Argentina 4,76% (\$12,1 B) (OEC, 2025).

Já Singapura importou no mesmo ano circuitos integrados 20,3% (\$85,6 B); Petróleo refinado 13,2% (\$55,7 B); Petróleo cru 7,07% (\$29,8 B); Ouro 3,19% (\$13,4 B). O país importa, principalmente, da China 15% (\$63,1 B), Malásia 11,2% (\$47,3 B) e Estados Unidos 10,3% (\$43,2 B) (OEC, 2025).

Na figura 2 indica que para manter a indústria ativa e relevante, Singapura precisa importar componentes para a montagem ou fabricação de bens de maior valor que serão exportados novamente. O Brasil apresenta dados menores devido à baixa complexidade de sua indústria e aos insumos que são importados para abastecer o agronegócio e outras indústrias extrativistas que reexportam esses insumos.

Figura 3 - Indicador de encadeamento para frente das CGV (FEXDVApSH)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da OECD Data Explorer.

O indicador ligação para frente, também conhecido como VS1, é usado para medir a quantidade de valor adicionado doméstico presente nas exportações estrangeiras. Ele pode ser obtido diretamente através da análise da TiVA (Integração Vertical nos Setores de Comércio) como uma proporção das exportações totais, sendo chamado de EXGR_DVAFXSH (Campos, 2019). Esse indicador revela que tanto os países da América Latina quanto os do leste asiático têm uma participação significativa nas Cadeias Globais de Valor (CGVs). Os países da América Latina exportam commodities, o que contribui para a produção e exportação final de outros países, enquanto os países do leste asiático exportam produtos de alta tecnologia, como máquinas e equipamentos industriais, influenciando a produção industrial em outras nações (Nonnenberg, 2013).

Das regiões em desenvolvimento, o Leste e o Sudeste Asiático desempenham um papel considerável nas CGVs, apresentando uma participação semelhante à dos países desenvolvidos. Isso ocorre principalmente porque essas regiões importam muitos bens intermediários, processam-nos e depois os reexportam. Assim, esses países estão situados no “meio das CGVs”, com alto indicador de participação para trás (*backward participation*) e para frente (*forward participation*) (Campos, 2019).

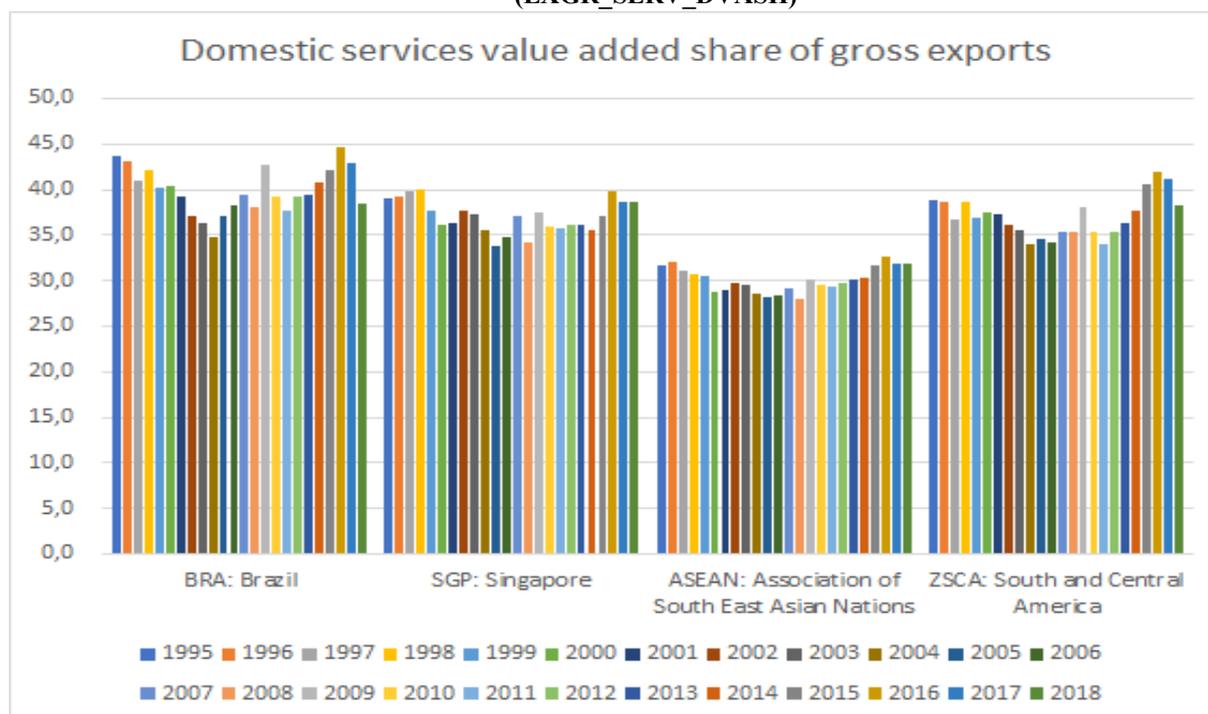
Um exemplo é Singapura, onde a participação do Forward GVC é considerada alta. Em 2020, cerca de 42% do PIB do país foi a produtos intermediários produzidos localmente e exportados para o exterior. No entanto, é importante notar que a natureza da participação nas

CGVs varia entre os países. Em Singapura, por exemplo, aproximadamente 47% da participação futura na CGV está relacionada a serviços e apenas 2,8% à agricultura e mineração (OCDE, 2022).

Os produtos mais exportados por Singapura, em 2023, são circuitos integrados 19.3% (\$64.2 B); petróleo refinado 16.8% (\$ 55.9 B); Máquinas com funções individuais 5.41% (\$18 B); Vacinas, sangue, antissoros, toxinas e culturas 3.27% (\$10.9 B); e Ouro \$3.03 B (\$10.1B). As principais exportações de Singapura em 2022 foram para Hong Kong 13.4% (\$44.5 B), China 11% (%36.7 B), Estados Unidos 9.9% (\$ 32.9 B), Malásia 9.43% (\$31.4 B) e Coréia do Sul 6.05% (\$20.1 B) (OEC, 2025).

Os principais itens exportados pelo Brasil, em 2023, foram soja 14.9% (\$53.1 B), petróleo cru 12.8% (\$45.6B), minério de ferro 9.55% (\$34 B), açúcar bruto 4.54% (\$16.2 B) e milho 4.06% (\$14.4 B). O destino dessas exportações foi, principalmente, para China 29.8% (\$106 B), Estados Unidos 10.4% (\$37 B), Argentina 4.85% (\$17.2 B) e Países Baixos 3.2% (\$11.4 B) e Chile 2.44% (8.68B) (OEC, 2025).

Figura 4 - Participação do valor adicionado de serviços domésticos nas exportações brutas (EXGR_SERV_DVASH)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da OECD Data Explorer.

Os parâmetros que se concentram no conteúdo do valor acrescentado nos serviços consideram exclusivamente as atividades de serviços como fonte de valor agregado nas exportações de todos os setores produtivos. As categorias que se enquadram nas atividades de

serviços abrangem áreas como construção, comércio por atacado e varejo, hospedagem e serviços de alimentação, serviços de transporte, comunicações e informação, setor financeiro e de seguros, atividades imobiliárias, serviços profissionais, científicos e técnicos, serviços administrativos e de apoio, administração pública, cuidados de saúde, educação e serviços pessoais (OCDE GUIDE, 2021). Esse valor se refere à parte do valor adicionado proveniente de todas as indústrias de serviços domésticos nas exportações totais brutas por setor econômico no país.

A combinação de comércio de mercadorias e serviços contribui para aproximadamente 32% do Produto Interno Bruto (PIB) de Singapura, colocando o país nas 10^a e 12^a posições no ranking global de exportações e importações de bens e serviços em 2020. Os segmentos de destaque incluem serviços empresariais, transporte (marítimo), viagens e telecomunicações. No que diz respeito ao investimento estrangeiro direto, Singapura destaca-se como um dos principais investidores a nível mundial, além de figurar como o terceiro maior destino para investimentos. Já em relação ao Brasil, no ano de 2019, o país registrou um total de US\$ 16 bilhões em Investimento Estrangeiro Direto (IED) (BRASIL, 2022).

O setor de serviços começou a ganhar importância já na década de 1970, nos setores de finanças, negócios, transportes e comunicações, e até hoje é essencial para a sua economia. Em 2023, o setor de serviços representou 73% da sua economia, em valor adicionado, enquanto o setor industrial representou 19%. O comércio atacadista e o de finanças são os mais importantes desse setor, representando, respectivamente, por 22% e 14% do valor adicionado (Holtze-Jen, Liu e Bashyam, 2024).

Diversos autores colocam o Brasil como o país mais importante da América Latina no segmento de exportação de serviços, algumas vezes são intensivos em conhecimento, elevando a produtividade e competição empresarial. Serviços financeiros, tecnologia da informação, serviços de engenharia e etc. são exemplos dessa intensidade (Dornelas e Borges, 2022). É importante lembrar que a balança comercial brasileira de serviços é deficitária e sem muita volatilidade ao longo dos anos, contudo, vem crescendo aos poucos.

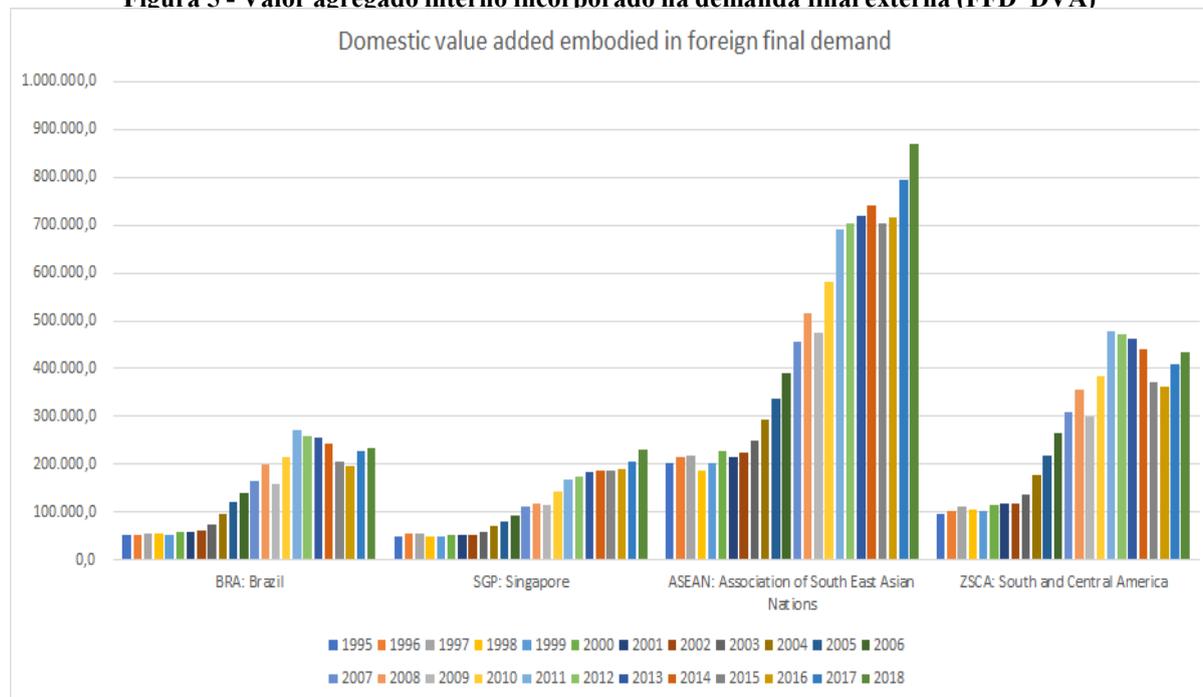
Os serviços comerciais são divididos, segundo a OMC (2021b), a) os relacionados a mercadorias, com a fabricação de insumos físicos de terceiros e de manutenção e conserto; b) transporte, marítimos, aéreo e outros, incluindo o de passageiros, de bens, aluguel de transportadoras e auxiliares; c) viagens, produtos e serviços adquiridos por viajantes, com a finalidade de saúde, educação e outros, negócios; d) Outros serviços comerciais, comunicação, construção, seguros, financeiros, informática, royalties e licenças.

Ao longo dos anos, Estados Unidos, Holanda, Reino Unido e Alemanha estiveram entre os principais importadores dos serviços brasileiros. Sendo eles, também, os principais exportadores de serviços para o Brasil. Entre os principais produtos exportados pelo Brasil estão em 2023: a) Outros serviços de negócio, inclusive arquitetura e engenharia, representando 43,2 % das exportações; b) viagens, representando 15,3%; c) transportes, com 15% das exportações; d) telecomunicação, computação e informações, ficando com 12,9% do que é exportado; e) Seguros 2,5% (SECEX, 2024).

Nas importações brasileiras de serviços, em 2014, mais da metade do valor gasto foi de arrendamento mercantil operacional, de propriedade intelectual e cessões, franquias empresariais e exploração de outros direitos. Já os serviços financeiros e relacionados, e securitização de recebíveis e fomento comercial são de grande valor adicionado, ou seja, o valor que é adquirido ao ser transformado durante o processo produtivo. Enquanto de baixo valor seriam os serviços profissionais de apoio às atividades empresariais e de transporte de cargas (Oliveira, Reis e Bloch, 2017).

O Brasil precisa intensificar o investimento na exportação de serviços de maior tecnologia, para agregar maior valor e reduzir a dependência do país. Ao longo dos últimos anos, o investimento vem sendo insuficiente, fator causado por uma conjuntura que apresenta problemas estruturais e políticos que contribuem para uma depressão em investimentos público e privado.

Figura 5 - Valor agregado interno incorporado na demanda final externa (FFD DVA)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da OECD Data Explorer.

A quantidade de valor agregado doméstico incorporado à demanda final estrangeira indica a proporção de valor doméstico que está presente nas exportações diretas finais e nas exportações indiretas intermediárias por meio de outros países, atendendo à demanda de consumidores estrangeiros finais, como famílias, instituições de caridade, governo e investimentos. Sendo assim, se a intensidade for grande, a agregação de valor também terá maior valor econômico, e assim, maiores os ganhos sociais domésticos. Ou seja, esse indicador mostra como o setor industrial nacional se liga aos consumidores de outras nações, seja por via direta, exportando bens e serviços, seja indiretamente, por meio de itens intermediários (Guia da OCDE, 2021).

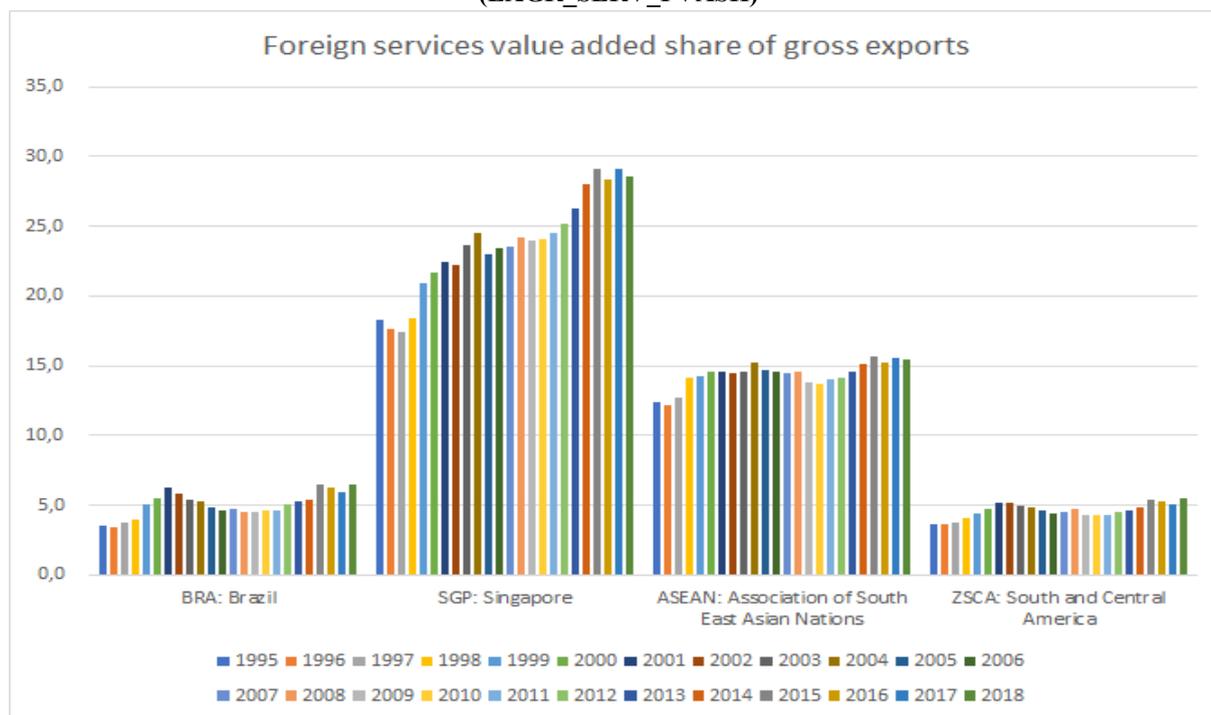
Na figura 5 ilustra a evolução do valor agregado nos países da ASEAN no comércio mundial ao longo dos últimos anos, impulsionado pela alta demanda de produtos tecnológicos e de comunicação por outros países. No caso do Brasil, as exportações de commodities contribuíram para o aumento desse indicador nos últimos anos.

Contudo, é preciso chamar atenção que, devido à alta fragmentação da produção entre os Estados, assim como a grande presença de multinacionais e ao comércio dentro das indústrias no setor de manufatura, tanto Brasil como Singapura podem não se beneficiar tanto na demanda final estrangeira. Muito desse valor adicionado é proporcionado pelas redes operacionais em outros países.

No estudo de Rosa Corrêa (2023), é possível perceber que, entre 2005 e 2015, o Brasil apresentou um crescimento no valor doméstico, ele foi causado pelo aumento na produção de bens e serviços de baixo valor agregado e tecnológico, relacionados às commodities. Além disso, com a abertura do Estado às Cadeias Globais de Valor, foi iniciado um movimento de perda do centro de decisão econômica do Brasil, devido à vulnerabilidade externa e ao aumento da influência das empresas transnacionais e da grande dependência da venda das commodities.

Tanto Singapura quanto o Brasil apresentam resultados baixos nesse indicador porque os dois países precisam importar muitos itens para produzir e reexportar os bens produzidos. Ou seja, o setor produtivo doméstico coloca pouco valor adicionado nas suas exportações que dependem de outras nações para fornecer bens essenciais e básicos para suas indústrias.

**Figura 6 - Participação do valor adicionado de serviços estrangeiros nas exportações brutas
(EXGR_SERV_FVASH)**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da OECD Data Explorer.

A proporção do valor adicionado de serviços de origem estrangeira nas exportações brutas representa a parte do valor extraído de todas as indústrias de serviços estrangeiros nas exportações brutas totais por setor econômico dentro do país (Conforme delineado no manual da OCDE, 2021).

Dentro do setor de serviços, certos segmentos se destacam notavelmente, incluindo atividades como atividades imobiliárias, intermediação financeira, serviços de transporte, telecomunicações e ainda os ramos automobilístico, de maquinaria e equipamentos.

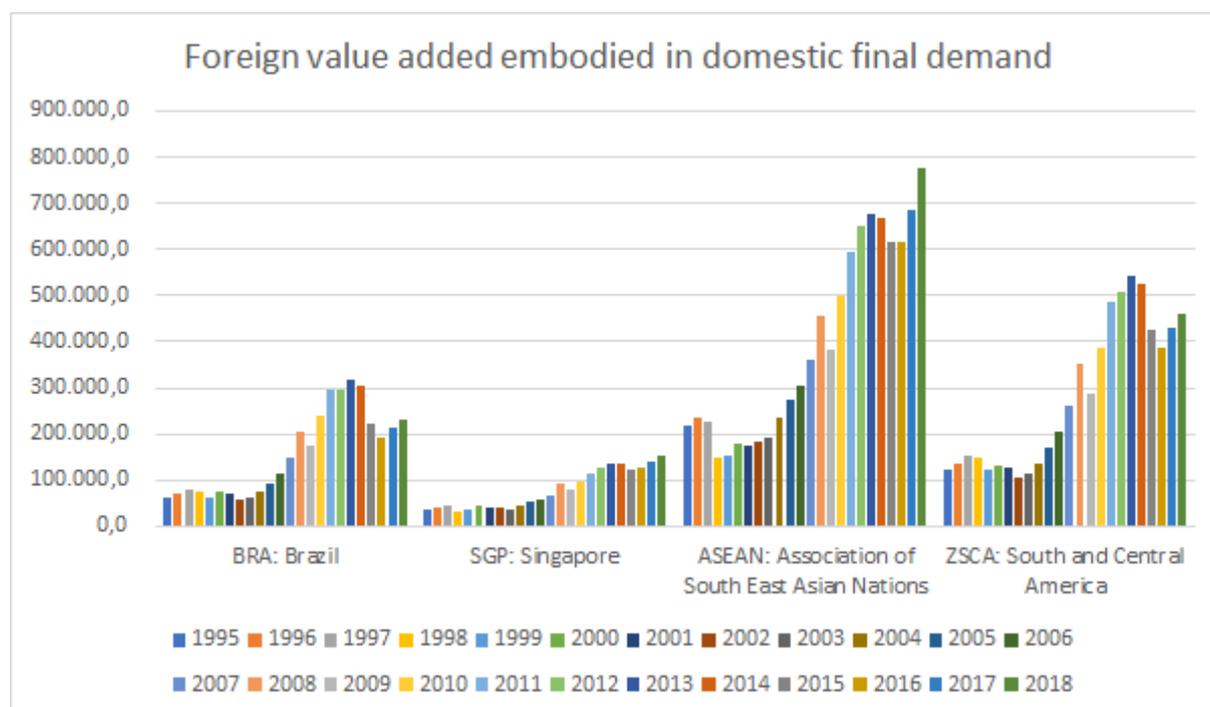
Diferente do indicador anterior, nesse é possível perceber que a participação estrangeira nas exportações de Singapura é alta devido aos bens de média e alta complexidade econômica. No Brasil, apesar de receber insumos estrangeiros para o setor agrícola, a contribuição se torna pequena quando se leva em consideração os demais setores econômicos.

Os serviços contribuíram, em 2020, aproximadamente 70% nas exportações brutas de Singapura, valor acima da média dos países da OCDE que está em torno de 58%. A participação estrangeira de serviços no país nas exportações brutas é de aproximadamente 30%. Quando se leva em consideração a produção de manufaturas, a participação estrangeira em serviços aumenta em mais de 50%. Esse resultado mostra o quanto a participação estrangeira é

fundamental para o funcionamento da economia e dá ao país uma participação elevada nas CGVs (OECD, 2023).

Já no Brasil, no ano de 2020, os serviços contribuíram em torno de 49,4% nas exportações brutas, abaixo dos 58% dos países da OCDE. A participação estrangeira em serviços no total das exportações brutas é de apenas 7,3%. Quando se leva em consideração, apenas, a produção de manufaturas, a participação estrangeira aumenta para 10%, mostrando que a transformação de bens de maior valor depende da importação de insumos estrangeiros (OECD, 2023).

Figura 7 - Valor agregado estrangeiro incorporado na demanda final doméstica (DFD_FVA)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da OECD Data Explorer.

A inclusão de valor adicionado estrangeiro na demanda final interna representa a porção de valor estrangeiro incorporado aos produtos finais ou serviços adquiridos pelas famílias, governo, instituições sem fins lucrativos que atendem famílias e também por meio de investimentos. Essa medida é comparável a uma "importação" de valor agregado interno incorporado à demanda final estrangeira e é expressa em milhões de dólares. Ela pode destacar como as indústrias estrangeiras (localizadas a montante em uma cadeia de valor) estão entrelaçadas com os consumidores domésticos, mesmo sem relações comerciais diretas. Em suma, ela revela como a economia nacional está interligada ao valor gerado em outros países no processo de produção e consumo de bens e serviços (OCDE, 2021).

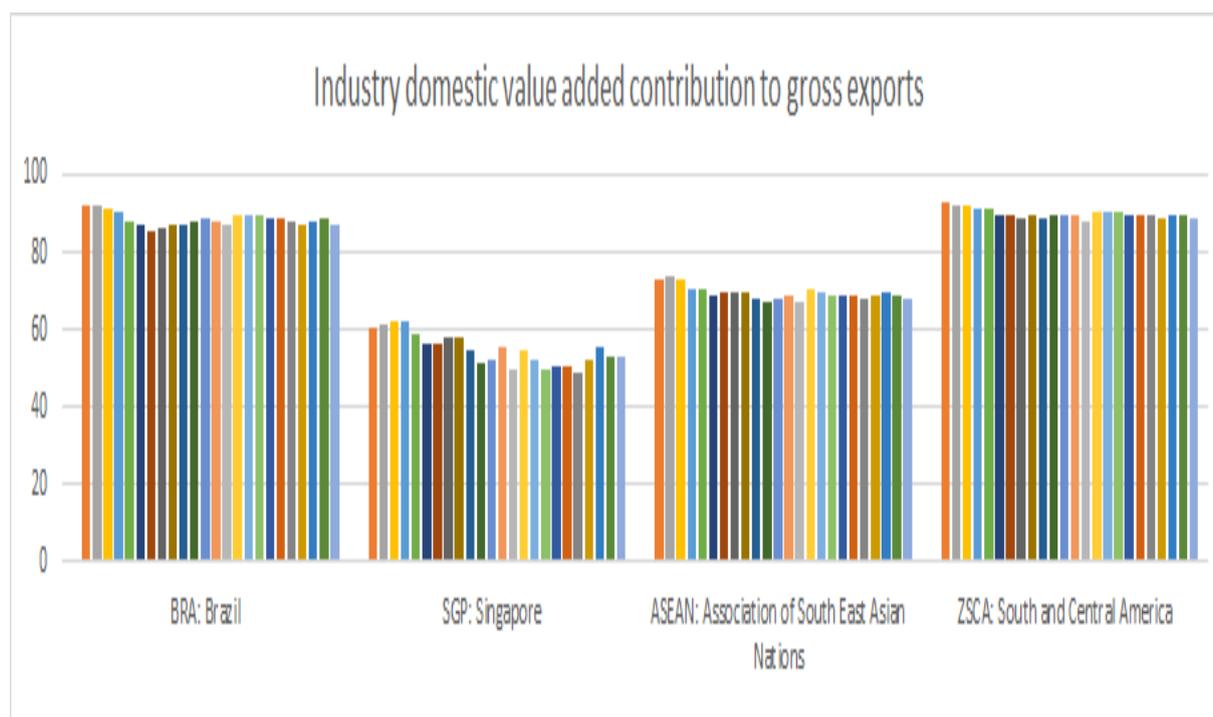
Os dados do valor agregado proveniente de consumidores estrangeiros não apenas incluem a exportação direta de produtos e serviços finais, mas também a exportação indireta

de bens intermediários. Portanto, isso reflete plenamente a demanda final dos países estrangeiros por produtos nacionais. (Guia da OCDE, 2021).

Na figura 7 ilustra a importância das importações para suprir as necessidades dos consumidores domésticos nos países da ASEAN. Grande parte dessas importações consiste em produtos básicos, como carne, milho e soja, e tem o objetivo de abastecer o consumo interno (Gilio e Jank, 2021).

Ao analisar o valor agregado estrangeiro incorporado à demanda final estrangeira, fica evidente que há uma contribuição menor de valor agregado da produção estrangeira ao Brasil e a Singapura quando comparado com os demais países da ASEAN e da América Latina. Contudo, isso não significa que as importações para a demanda doméstica sejam pequenas. Como já foi analisado, os países da América Latina precisam importar bens de média tecnologia para abastecer a demanda interna.

Figura 8 - Contribuição do valor agregado doméstico da indústria para as exportações brutas (EXGR_TDVAIND)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da OECD Data Explorer.

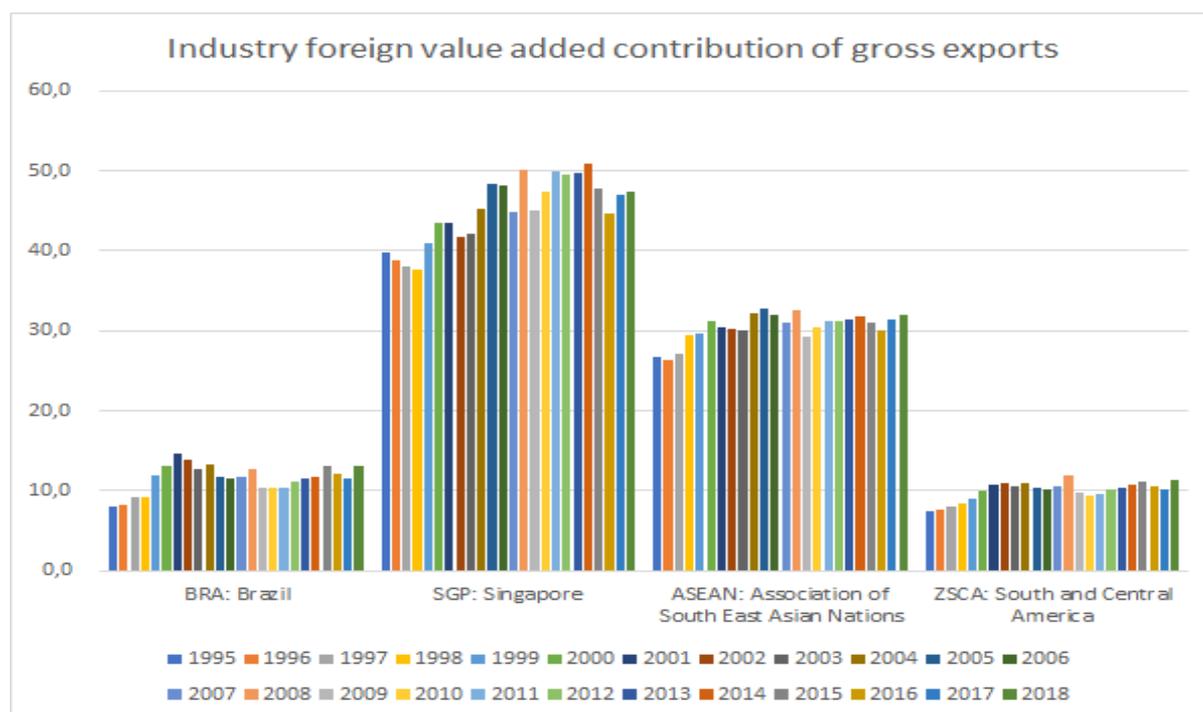
Esse parâmetro revela a proporção do valor interno agregado às exportações da indústria, em relação ao total das exportações brutas. Ao somar todos os setores industriais, obtemos a porção do valor doméstico interno total das exportações brutas (EXGR_DVASH- Participação do valor agregado doméstico nas exportações brutas). Utilizando o grau de agregação de valor doméstico como uma medida aproximada para a participação nas Cadeias

Globais de Valor (CGVs), quanto maior a concentração de valor interno, mais profundamente o país está inserido nas CGVs, contribuindo com mais atividades de valor agregado para a cadeia (Guia da OCDE, 2021).

Na figura 8, fica evidente o quanto o Brasil tem uma presença significativa de valor agregado interno nas exportações brutas da indústria. Isso é devido à forte base industrial de setores agroextrativistas nesses países. No entanto, essa presença não se estende a uma indústria capaz de produzir bens com um alto nível de valor agregado.

Já Singapura tem uma contribuição menor do valor adicionado doméstico devido a alta dependência da importação de produtos estrangeiros para a sua indústria, sendo fator relevante para alta inserção nas CGVs. Contudo, essa importação de produtos é importante para a produção e exportação de produtos de alto valor agregado.

Figura 9 - Contribuição do valor agregado estrangeiro da indústria para as exportações brutas (EXGR_TFVAIND)



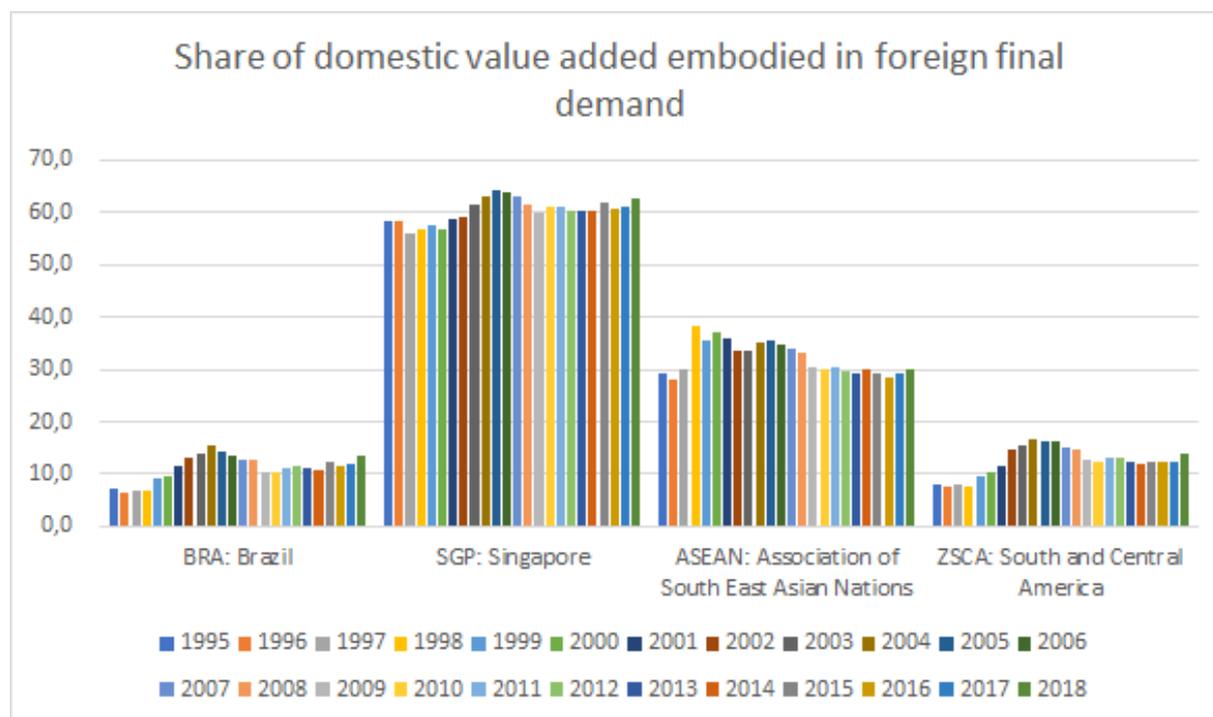
Fonte: elaboração própria, a partir de dados da OECD Data Explorer.

Esse índice reflete a proporção do valor estrangeiro adicionado nas exportações de uma indústria, em relação ao total das exportações brutas. Quando somamos todos os setores industriais, obtemos a participação global do valor adicionado estrangeiro nas exportações brutas (Guia da OCDE, 2021).

De acordo com o estudo realizado por Reis (2016), as empresas multinacionais têm desempenhado um papel significativo na ampliação das exportações de Singapura e dos países da ASEAN. A expansão industrial ocorreu por meio do crescimento dos setores que exportam recursos naturais, substituição de importações e orientação para exportações. Além disso, as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), políticas industriais e medidas de liberalização econômica foram fatores cruciais que contribuíram para esse desenvolvimento. Isso reflete o quanto a indústria de Singapura e da ASEAN são dependentes de insumos importados para dinamizar a sua economia.

O Brasil, apesar de se inserir de forma menos intensa quanto os países da Ásia, ele ainda importa alguns insumos para a sua indústria. A importação de equipamentos de transporte para montagem interna é um exemplo de como o país vem tendo uma participação para trás nas cadeias globais de valor (Tadiello e Ouriques, 2023). Contudo, como boa parte dessas importações são voltadas para o agronegócio, a participação em valor nas exportações brutas são baixas.

Figura 10 - Parcela do valor agregado interno incorporada na demanda final externa (VALU_FFDDVA)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da OECD Data Explorer.

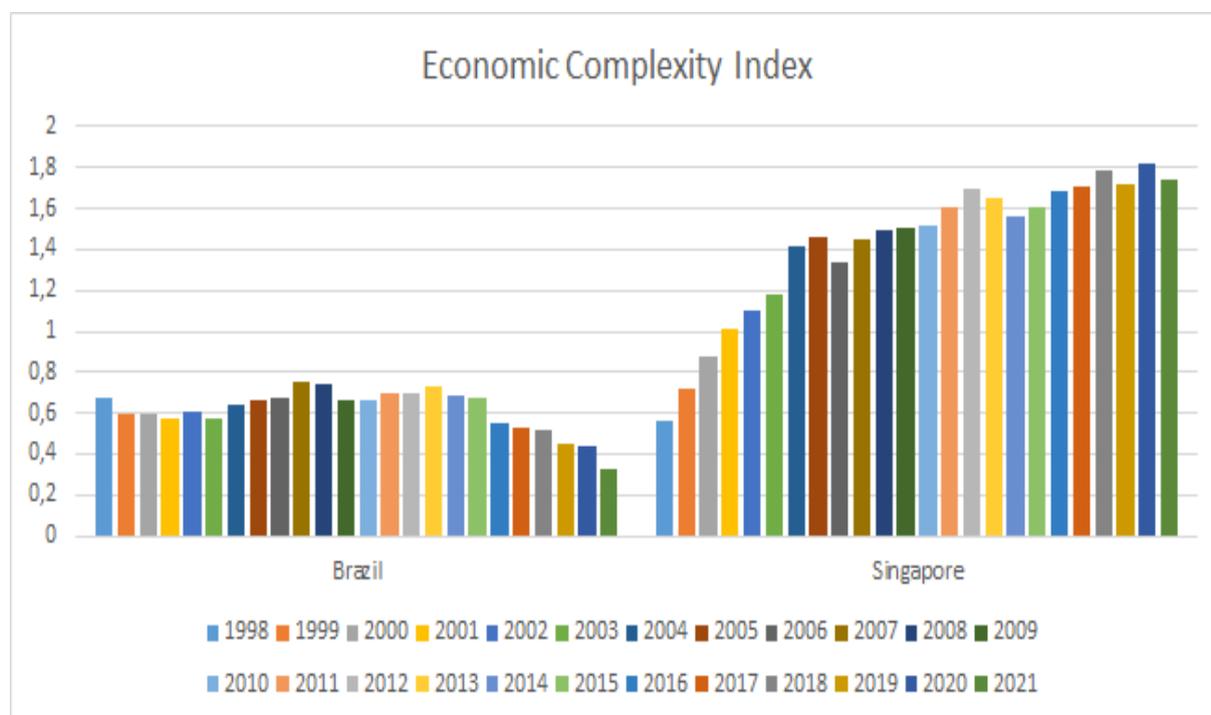
O índice denominado "Proporção do Valor Adicionado Interno na Demanda Final Externa" apresenta a relação entre o valor doméstico adicionado à demanda final estrangeira e o total do valor adicionado, desagregado por país e setor de origem do valor adicional. Esse

índice pode ser interpretado como um indicador da ligação de uma indústria com a procura final externa, abrangendo tanto o consumo das famílias e do governo, bem como os investimentos em capital fixo (FBCF) e as variações nos estoques (Oliveira, 2020). Ele representa a proporção do valor adicionado em um setor específico que é absorvido pela demanda final proveniente do exterior.

No entanto, a utilização dos indicadores convencionais de comércio pode resultar em conclusões equivocadas, uma vez que esses indicadores normalmente são calculados de forma bruta, sem considerar o valor agregado - ou seja, sem descontar o valor dos insumos intermediários usados na produção dos bens exportados. Por exemplo, um país que participa nas etapas de montagem de cadeias de valor contabiliza a exportação de um produto final com base no valor total do bem, mesmo que sua contribuição em termos de valor agregado seja pequena. Isso torna complexa a identificação da contribuição das exportações para o emprego e a renda de um país.

Ao analisar a figura, é possível perceber que as indústrias domésticas de Singapura têm uma participação na demanda final externa. O que significa que o setor industrial do país é relevante para a demanda externa de outros países.

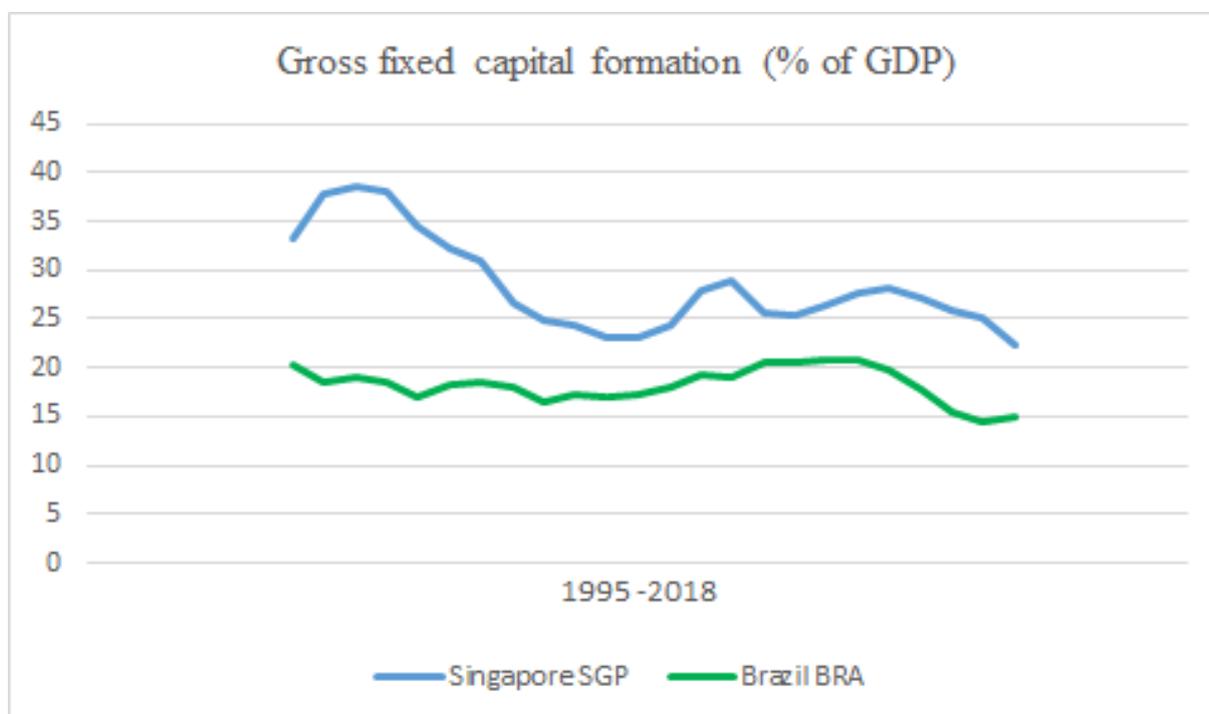
Figura 11 - Índice de complexidade econômica



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da OECD Data Explorer.

A figura do índice de complexidade econômica permite fazer uma comparação e ratificar os dados encontrados anteriormente. Singapura mostra evolução nos dados, colocando ele como ator importante e fornecedor de produtos competitivos. Por meio da ferramenta da complexidade econômica conseguimos compreender a mudança estrutural e a vantagem competitiva de uma nação, ajudando a produzir estratégias de desenvolvimento. Singapura consegue isso graças às reformas estruturais, ambiente empresarial favorável e a maior presença de investimento estrangeiro, sistema regulatório favorável e um setor industrial bastante consolidado (Ferraz et al, 2022). O Brasil, porém, não estimulou o desenvolvimento da sua capacidade produtiva, se consolidando como país fornecedor de bens primários.

Figura 12 - Formação bruta de capital fixo



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do World Bank (2025).

A formação bruta de capital fixo (FBCF) é dividida em três grupos: construção, máquinas, equipamentos e etc. Ela representa o crescimento da capacidade produtiva e de geração de renda da economia por meio da compra de novos ativos fixos e ativos intangíveis, ajudando a entender o tamanho do investimento que vem sendo feito no país (BNDES, 2024). É possível perceber pela figura 12 que desde o início dos anos 1990 a FBCF se manteve acima dos 20% do PIB em Singapura, um sinal que havia uma economia sendo estimulada e dinâmica. O Brasil, contudo, em poucos momentos passou de 20%, chegando em 2013 em seu maior patamar, que foi de 20,9%.

A FBCF registra o crescimento da capacidade produtiva futura de um país por meio de investimentos correntes em ativos fixos, isto é, insumos produzidos com real capacidade de utilização frequente e contínua em processos diferentes. Os ativos fixos são tanto bens tangíveis, incluindo as melhorias em bens já produzidos com a finalidade de aumentar a vida útil e a capacidade produtiva, quanto os intangíveis (IBGE, 2000).

Por meio da FBCF é possível identificar o consumo de máquinas e de equipamentos e descobrir se há crescimento ou redução deles pelo setor produtivo. A expansão do crédito, a política de crescimento salarial, a participação dos bancos públicos em investimento na infraestrutura e na indústria, e aumento dos investimentos da União são ações públicas que contribuem para a FBCF em alta e estimular o setor produtivo e a economia nacional (IPEA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a inserção de Brasil e de Singapura na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), entre 1995 e 2018. O estudo é caracterizado por ser exploratório, utilizando uma base bibliográfica dos principais periódicos. Além disso, foi utilizado duas bases de dados ligados à participação e hierarquização dos países na divisão internacional do trabalho. O índice de Complexidade Econômico e o Trade in Value Added (TiVA).

A Divisão Internacional do Trabalho foi um processo que sofreu alterações no Brasil e em Singapura ao longo dos anos e influenciou significativamente a participação dos dois países nas Cadeias Globais de Valor. Singapura deixou de ser um país de montagem e teste de componentes de baixa qualificação para o desenvolvimento de design e produção de insumos, além de aumentar sua participação em serviços. O Brasil se manteve, após os 1990, como um país exportador de commodities e intensificou a desindustrialização, deixando o país em uma posição vulnerável, pois fica dependente das oscilações do mercado internacional.

Levando em consideração os indicadores do TiVA foi possível perceber que o Brasil, ao longo dos anos, se manteve como agente fornecedor de bens primários. O indicador “para frente” (forward) mostra que suas exportações são essenciais na inserção das CGVs, contudo, sem alta complexidade e sem alto valor doméstico adicionado. Em Singapura, esse indicador mostra-se importante para entender o país como exportador de produtos que serão utilizados por outros países, sendo o país asiático ator importante nas Cadeias Globais de Valor. Diferente

do Brasil, os produtos produzidos em Singapura possuem um valor adicionado maior e são de maior complexidade econômica.

A participação brasileira nas CGVs é maior como emissor de valor adicionado doméstico (ligação para frente) do que demandante de valor doméstico (ligação para trás). Isso se deve ao grande volume de exportações de produtos primários, no qual há menos valor adicionado nas exportações do país. Isso mostra que o Brasil precisa desenvolver e especializar-se em estágios mais avançados da produção com maior valor agregado.

Apesar da abertura comercial do Brasil e de Singapura, podemos perceber que o país asiático teve um desenvolvimento interessante ao longo dos últimos trinta anos. O setor produtivo se inseriu na Divisão Internacional do Trabalho e nas Cadeias Globais de Valor como fornecedor de bens e serviços, de alta complexidade econômica, fato que permitiu aumentar a renda e a qualificação da população. Além disso, bens e serviços são o resultado de produção, e podem ser reexportados como forma de produção em outros territórios (IMF, 2007).

Com o aumento da urbanização, a necessidade por serviços também cresce. Moradia, transporte, saúde e educação são importantes para suprir as necessidades básicas da população mais pobre. Para isso é importante levar em consideração a qualidade e a quantidade desses serviços que são oferecidos, pois são formas de amenizar as pressões inflacionárias e melhorar a distribuição de renda da população (Oliveira, 2015).

A vantagem de se inserir nas CGVs pode ser um desenvolvimento da economia eficiente e menos custoso, pois como há uma estrutura prévia, o país recebe tecnologias, aumenta a qualificação dos seus trabalhadores e cresce a renda e o lucro das empresas. Contudo, para isso acontecer é necessário que o país agregue valor aos produtos básicos exportados, seja por meio de importação de produtos que adicionem valor aos produtos nacionais ou desenvolvendo formas domésticas, principalmente, por meio das estatais.

Segundo dados do World Bank (2024) os gastos públicos em bens e serviços no Brasil estiveram abaixo de 1% do PIB ao longo dos últimos quinze anos, enquanto Singapura manteve-se acima dos 3%. Isso reflete na capacidade produtiva do país de produzir bens e serviços de maior valor agregado e inserir-se na Divisão Internacional do Trabalho como fornecedor estratégico, contribuindo para aumentar o aumento da renda e de empregos mais qualificados.

A especialização produtiva do Brasil em produtos primários é um fator que coloca o país em uma posição estratégica nas CGVs, sendo fornecedor de produtos que serão consumidos ou aproveitados no setor industrial de outros países. Contudo, essa inserção é de pouco valor agregado o que atrapalha no processo de desenvolvimento em vários setores da

sociedade. Singapura vem ao longo dos anos sendo importante como fornecedor e montagem de bens e insumos de alta tecnologia para o setor industrial e de serviços globais, sendo um ator que se insere nas cadeias globais de valor como fornecedor de produtos de alto valor adicionado.

Desse modo, é importante para o Brasil estimular o investimento na exportação de serviços de maior tecnologia com a finalidade de adicionar valor e diminuir a dependência externa. O país vem passando, nos últimos, por um processo de investimentos insuficientes, provocado por uma conjuntura de problemas estruturais e políticos que colaboram por uma queda em investimentos públicos e privados.

Esse trabalho, porém, apresenta algumas limitações que influenciam no resultado. As populações, o regime político e a localização são fatores importantes a serem analisados em futuros estudos com a finalidade de restringir a pesquisa e encontrar mais dados que contribuam para a temática.

REFERÊNCIAS

AICEP. Agência para o investimento e comércio externo de Portugal. 2024. Acesso em 03 de Fevereiro de 2024.

ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima. A desindustrialização à luz da teoria econômica marxiana: conceitos, definições e um estudo do caso da economia brasileira pós-1990. Tese de Doutorado em Economia, UFBA, Salvador, 2018. Acesso em: 12 de Setembro de 2024.

ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima; BALANCO, Paulo Antonio de Freitas. Deindustrialization in a Marxian perspective: An empirical study of the Brazilian economy between 1995-2010. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 68, p. 224-239, 2024. Acesso em: 08 de Março de 2025.

ALVES, Felipe Rodrigues. A inserção das maiores economias latino-americanas nas cadeias globais de valor: o processo de industrialização entre os anos de 1990 e 2015. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Acesso em: 12 de Setembro de 2024.

AREND, Marcelo. A evolução da estrutura industrial brasileira, seu comércio exterior e sua inserção nas cadeias globais de valor. **IPEA**. 2015. Disponível: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4620?mode=full>. Acesso em: 12 de Setembro de 2024.

BALDWIN, R. Global Supply Chains: Why They Emerged, Why They Matters, e Where They Are Going. In: BALDWIN, R. Global Value Chains in a Changing World. Geneva: World Trade Organization and Temasek Foundation Centre for Trade & Negotiations (TFCTN), 2013, p. 13-59. In: <https://www.wtoilibrary.org/content/books/9789287042446s004-c001>.

BIANCONI, Renata; COUTINHO, Maurício C. O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado. **SCIELO**. 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/neco/a/5CqN4Ckd5wt3WLpjnzJ9mFc/?lang=pt#>. Acesso em: 12 de Setembro de 2024.

BLACK, Clarissa. Economia política das Cadeias Globais de Valor. **SCIELO**. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/QmfGs8cc3RmbLh5sBZs35Bk/>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2024.

CAMPOS, Henrique Pereira. A inserção da indústria catarinense nas cadeias globais de valor. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Economia, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215293>. Acesso em: 26 de Janeiro de 2023.

CANTU, Rodrigo. Os valores da intransigência: premissas normativas e controvérsias econômicas no Brasil. **Revista novos rumos sociológicos**. Vol 9 , Nº 16. Ago-Dez 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/21940>. Acesso em 24 de Abril de 2025.

CARDOSO, F. G.; REIS, C. F. DE B. Centro e periferia nas cadeias globais de valor: uma interpretação a partir dos pioneiros do desenvolvimento. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 3, p. e182232, 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rec/a/wftCKNFtNFXmhPNjWhZD4Mq/>>. Acesso em: 20 de março de 2025

CAZARINE FILHO, A. C.; E SILVA, F. G. C.; TIZZO, L. G. L. O papel do estado no desenvolvimento econômico: uma análise histórica. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 12, n. 5, p. 2152–2166, 2023. DOI: 10.55905/rcssv12n5-010. Disponível em: <https://www.revistacaribena.com/ojs/index.php/rccs/article/view/3007>. Acesso em: 18 março 2025.

DA SILVA, Camila Gasparetto. **O papel do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho sob a ótica da teoria marxista da dependência**. Orientador: Prof^o Dr. Nildo Domingos Ouriques. 2010. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123743/Economia292768.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 de Março de 2025.

DE FARIA, S. Crise do capitalismo e a questão social: contribuições ao debate. **SER Social**, [S. l.], v. 24, n. 50, p. 13–31, 2022. DOI: 10.26512/sersocial.v24i50.38808. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/38808. Acesso em: 12 de Setembro de 2024.

DIAS, Felipe Augusto Rocha; Porsse, Alexandre Alves; Gonçalves, Flávio de Oliveira. Cadeias globais de valor e complexidade: uma análise sobre a geração de emprego no Brasil para o período 1995-2011 pelo método de decomposição de Miyazawa. **Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC)**. Disponível em:<https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i62b337d647205924eb2be563c24d8b9cc.pdf>. Acesso em: 12 de Setembro de 2024.

DORNELAS, Larissa Naves de Deus; BORGES, Bruna. A exportação de serviços do Brasil no período de 2011 a 2020. **Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC)**. 2022. Disponível em:<https://www.anpec.org.br/sul/2022/submissao/files_I/i5-efb7029705df301f146456012cf4ec01.pdf>. Acesso em: 19 de Fevereiro de 2025.

DUARTE, P. H. E. Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini. **Nova Economia**, v. 31, n. 1, p. 131–156, jan. 2021. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/neco/a/gMNdXfWbYrw8SGwk9Nw4Nns/#ModalHowcite>>. Acesso em: 12 de Setembro de 2024.

FAROOQ-DAR, Q. FAROOQ-DAR, G. JIN-HEE, M. YOUNG-HYO, A. Visualization, Economic Complexity Index, and forecasting of South Korea international trade profile: a time series approach, **Journal of Korea trade**. Vol. 24, No. 1, February 2020, 131-145, 2020 Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3570181>. Acesso em: 19 de Março de 2025.

FREITAS, Elton Eduardo; SOUZA, Maria Eduarda Viana; LIMA, Nicole Vieira de Andrade. Complexidade Econômica e Desigualdade de Renda: Uma Análise das Unidades Federativas Brasileiras. **20º Seminário de Diamantina**. 2024. Disponível em:<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/porta1/download/diamantina-2024/D20_195.pdf>. Acesso em: 30 de Março de 2025/

GOMES, Gustavo Gatto. **Adeus, Mao! : O processo de transição da economia planificada à de mercado**. 2019. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2019. 269 p. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/37989f1d-0672-442f-87bc-7acc4148b820/content>>.

GOMES, Gustavo Molina Aprigio. **O papel do Estado no processo de desenvolvimento tardio: Análise do caso de Singapura**. Orientador: Eduardo Strachman. 2022. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista (Unesp)-Araraquara/SP. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/ab542d42-624e-49ab-9791-6a259dbc6c2b>>. Acesso em 19 de Março de 2025.

GONÇALVES JUNIOR, C. A.; GIROTTO, C.; LOPES, R. L.; SESSO FILHO, U. A. O comércio de valor adicionado e a participação do Brasil nas cadeias globais de valor/The value-added trade and the participation of Brazil in global value chains: El comercio de valor añadido y la participación de Brazil en cadenas globales de valor. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 164–189, 2024. DOI: 10.48075/igepec.v28i1.31928. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/31928>. Acesso em: 11 mar. 2025.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Globalização, desigualdade e pobreza: a insustentabilidade socioambiental do “livre comércio”. **A encruzilhada da desigualdade**. 2008. Disponível em: http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/Guimaraens_desdiv_n2.pdf. Acesso em: 12 de Setembro de 2024.

HERMIDA, C. DO C.; XAVIER, C. L.. Competitividade internacional do Brasil à luz da fragmentação da produção e das cadeias globais de valor. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 17, n. 2, p. 345–376, jul. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbi/a/8KgY3RZpxDMFzLvG4PDDRN/?lang=pt>>. Acesso em: 19 de Março de 2025.

HOLTZE-JEN, Stefanie; LIU, Jason; BASHYAM, Swati. Singapore: economic and sector prospects. **Deutschebank**. 2024. Disponível em: <<https://www.deutschewealth.com/content/dam/deutschewealth/insights/cio-special/cio-special-singapore-economic-and-sector-prospects.pdf>>. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2024.

IANNI, Octavio. O Estado-nação na época da globalização. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, n. 31, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.14.v0n31.1904. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/1904>.. Acesso em: 3 abr. 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Nacionais - Brasil**. Formação Bruta de Capital Fixo. 2000. Nota metodológica nº 19. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/19_formacao_capital.pdf>. Acesso em 08 de Abril de 2025.

IMF, International Monetary Fund (IMF). Goods and Services Account, in **balance of payments and international investment position manual**. 2007. Disponível em: <

<https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/chap10.pdf>>. Acesso em 07 de Março de 2025.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Carta de Conjuntura**. ano 2 · abril de 2010. Disponível

em:<https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100526_conjunturaemfoco.pdf>. Acesso em: 08 de Abril de 2025.

JABBOUR, Elias Marco Khalil; DANTAS, Alexis Toribio; ESPÍNDOLA, Carlos José; VELLOZO, Júlio. A (Nova) Economia do Projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **RevistaGeosul**. Florianópolis. v.35, n.77-Dossiê: a China, sua dinâmica e seu papel no mundo pós-pandemia, 731 p. Dezembro, 2020. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/issue/view/3154>>. Acesso em 05 de Fevereiro de 2025.

KLIASS, Paulo. Planejamento do desenvolvimento econômico e plano plurianual no Brasil. In: Magalhães, Luis Carlos. Pinheiro, Maurício. **Instituições e desenvolvimento no Brasil: diagnósticos e uma agenda de pesquisas para as políticas públicas**. Rio de Janeiro. IPEA. 2020. p.127-143. Acesso em: 28 de Janeiro de 2025.

LEÃO, Fábio. O planejamento do desenvolvimento no Brasil recente na visão de Ignácio Rangel. **Revista economia política do desenvolvimento**. Maceió-AL. V.4 N.6. DEZEMBRO/2017. P.1-16. Disponível em:<<https://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/8733/6465>>. Acesso em: 30 de Janeiro de 2025.

LOBO, Carlos Eduardo Riber. **Cingapura: 1965 a 2010. Segurança, Forças Armadas, Geopolítica e Desenvolvimento**. 2012. Tese (Pós-Doutorado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:<https://www.pucsp.br/geap/artigos/09_11_2012_pos%20doc%20cingapura%2030%207%2012%20final.pdf>. Acesso em: 05 de Fevereiro de 2024.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17958. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MALACARNE, Marcos Antonio. uma análise do desempenho econômico internacional do setor de tecnologia de informação e comunicação (TIC) no brasil (2000-2017). Orientador: Glaison Augusto Guerrero. 2018. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS. 2018. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189723/001080238.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 de Março de 2025.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. Exportações e inovação: uma análise para américa latina e sul-sudeste da ásia. **Revista de Economia Política**, vol 33, nº 1 (130), pp 120-145, janeiro-março/2013. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rep/a/G95GdThLtYgnrWCD6gPBCSc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 10 de Abril de 2025.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. Participação em cadeias globais de valor e desenvolvimento econômico. **Boletim de Economia e Política Internacional** (BEPI), n. 17, Maio/Ago. 2014. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/bepi-17_cap2.pdf. Acesso em: 12 de Setembro de 2024.

OECD, Observatory of Economic Complexity. 2025. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/>. Acesso em 15 de Março de 2025.

OECD, Organization for Economic Co-Operation and Development. ASEAN SMEs' Integration in Global Value Chains (GVCs): Opportunities and Challenges in Response to COVID-19. 2022. Disponível em: <https://asean.org/wp-content/uploads/2022/11/ASEAN-SMEs-Integration-in-GVCs.pdf>. Acesso em 10 de Abril de 2025.

OECD, Organization for Economic Co-Operation and Development. **ICIO-TIVA highlights: GVC indicators for Singapore.** 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/topics/policy-sub-issues/trade-in-value-added/tiva-2023-SGP.pdf>. Acesso em: 25 de Março de 2025.

OECD, Organization for Economic Co-Operation and Development. **ICIO-TIVA highlights: GVC indicators for Brazil.** 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/topics/policy-sub-issues/trade-in-value-added/tiva-2023-BRA.pdf>. Acesso em: 25 de Março de 2025.

OLIVEIRA, Bruno Rodas Borges Gomes de. **Desenvolvimento Econômico e Provisão de Bens e Serviços Públicos: Considerações Teóricas e Evidência Histórica.** 2015. Tese (mestrado economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2015. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/disserta%C3%A7%C3%B5es/2015/Bruno%20Rodas%20B.%20G.%20de%20Oliveira%20.pdf>. Acesso em: 07 de Março de 2025.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; REIS, Cristina Fróes de Borja; BLOCH, Carolina Dubeux. A inserção do Brasil no comércio internacional de serviços e suas relações com cadeias globais de valor. In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flávio Lyrio; FILHO, Edison Benedito da Silva. **Cadeias Globais de Valor, Políticas Públicas e Desenvolvimento.** Brasília/DF. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/gusta/Downloads/Cadeias%20globais%20de%20valor_pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20e%20desenvolvimento.pdf. Acesso em 10 de Abril de 2025.

PEREIRA, A. J.; DATHEIN, R.. Aliança capitalista e enraizamento da dependência tecnológica na economia brasileira: uma visão institucionalista evolucionária. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 303–335, ago. 2017. Acesso em: 15 de Setembro de 2024.

PIMENTA JÚNIOR, José Luiz. **O Brasil nas Cadeias Globais de Valor (CGV) - o caso do setor avícola.** 2020. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.101.2020.tde-10072020-112045. Acesso em: 12 de Setembro de 2024.

POCHMANN, Márcio. **Brasil sem industrialização: a herança renunciada**. Ponta Grossa. Editora UEPG. 2016. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/yjzmz/pdf/pochmann-9788577982165.pdf>>. Acesso em 14 de Março de 2025.

RAMALHO, Newton Corrêa. Os planos econômicos franceses. **Revista do Serviço Público**, v.93, n.01 a 03, pp.03-94, ano 1961. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4158/2347>>. Acesso em 29 de Janeiro de 2025.

RANGEL, Ignácio. “Elementos de Economia do Projetoamento”. In: BENJAMIN, César (ORG) - **Ignácio Rangel: obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 482-483.

RIBEIRO, Daniela Mourão. Cadeias Globais de Valor e a manutenção da lógica centro-periferia. Orientador: Eiiti Sato. 2022. 27 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/30789/1/2022_DanielaMouraoRibeiro_tcc.pdf>. Acesso em: 15 de Setembro de 2024.

ROSA CORRÊA, Gabriela Tamiris. Centro, periferia ou semiperiferia nas cadeias globais de valor? As posições do Brasil e da China na economia-mundo contemporânea (2005-2015). **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 12, n. 1, p. 61–90, 2023. DOI: 10.36311/2237-7743.2023.v12n1.p61-90. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/13110>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SANTOS, Artur Henrique S. JAKOBSEN, Kjeld A. O trabalho nas atuais transformações da globalização capitalista. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Márcio (ORG.) **A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. Brasília/DF. Gráfica e Editora Positiva. 2020. Pág 11. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Maria-Bridi/publication/362931111_Teletrabalho_em_tempos_de_pandemia_e_condicoes_objetivas_que_desafiam_a_classe_trabalhadora/links/6307ad8facd814437fd6e115/Teletrabalho-em-tempos-de-pandemia-e-condicoes-objetivas-que-desafiam-a-classe-trabalhadora.pdf#page=9>. Acesso em: 14 de Março de 2025.

SECEX. **Relatório do Comércio Exterior Brasileiro de Serviços**. Relatório anual. 2024. Disponível em: <<https://balanca.economia.gov.br/balanca/servicos/relatorio/relatorio-servicos-2023.pdf>>. Acesso em: 19 de Fevereiro de 2025.

SILVA, Ana Maria Generoso da. Relações Japão - ASEAN: a Doutrina Fukuda e a cooperação para a paz regional. Orientador: Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira. 2020. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB. 2020. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17919/1/AMGS18082020.pdf>>. Acesso em: 14 de Março de 2025.

SINGER, Paul. Divisão internacional do trabalho e empresas multinacionais. **Sociedade brasileira para o progresso da ciência**. 1976. Caderno 28. São Paulo/SP. Disponível em: < https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/divisao_internacional_do_trabalho_e_empresa_s.c.pdf>. Acesso em: 26 de Março de 2025.

STURGEON, Timothy J. De cadeias de mercancias (commodities) a cadeias de valor: construções teóricas en una época de globalización. Eutopía, **Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 2, p. 11-38, 2011. Acesso em: 14 de Setembro de 2024.

TADIELLO, Gabriel Sebben; OURIQUES, Helton Ricardo. Brasil e Coreia do Sul na cadeia global de valor automotiva. **OIKOS - Revista de Economia Política Internacional**. v. 22 n. 2, 2023. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/61004>>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2025.

TAVARES, M. D. C.; METRI, M.. A geoeconomia do império e as mutações do capital: os dois ciclos de expansão econômica dos Estados Unidos no final do século XX. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 1, p. 3–21, jan. 2020. Acesso em: 12 de Setembro de 2024.

VIANNA, Marise Rauen; CHAUI DO VALE, Michel Hoog. Planejamento e gestão em Cingapura: um caso a ser observado à luz da integração intersetorial e a relação com os transportes. 20ª Semana de tecnologia metroferroviária. **AEAMESP – Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô**. Disponível em:<<https://www.aeamesp.org.br/biblioteca/stm/20smtf1410Tt09r1.pdf>>. Acesso em: 06 de Fevereiro de 2025.

VU, Khuong M. Information and Communication Technology (ICT) and Singapore's economic growth. **Information Economics and Policy**. Volume 25, Issue 4, December 2013, Pages 284-300. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0167624513000449>>. Acesso em: 15 de Março de 2025.

ZANELA, Angelo Brião. Rosenstein-Rodan e Simonsen: Pensamentos que convergem ante os projetos de desenvolvimento econômico. **Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia**. 2018. Disponível em:<https://www.anpec.org.br/sul/2018/submissao/files_I/i1-c72daedbb3020071cdc9241ed4cd4cc9.pdf>. Acesso em 04 de fevereiro de 2025.

ZHANG, Liping; SCHIMANSKI, Silvana. Cadeias globais de valor e os países em desenvolvimento. **IPEA**. Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 18 | Set./Dez. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5322/1/BEPI_n18_Cadeias.pdf>. Acesso em: 12 de Setembro de 2024.